ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Martins, Michelle Márcia Viana; Nonnenberg, Marcelo José Braga

Working Paper

Geoeconomia e protecionismo: Novas configurações do comércio internacional

Texto para Discussão, No. 3091

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Martins, Michelle Márcia Viana; Nonnenberg, Marcelo José Braga (2025) : Geoeconomia e protecionismo: Novas configurações do comércio internacional, Texto para Discussão, No. 3091, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, https://doi.org/10.38116/td3091-port

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/316203

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

CC BY https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3091

GEOECONOMIA E PROTECIONISMO: NOVAS CONFIGURAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

MICHELLE MÁRCIA VIANA MARTINS
MARCELO JOSÉ BRAGA NONNENBERG

ipea 60

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3091
Rio de Janeiro, abril de 2025

GEOECONOMIA E PROTECIONISMO: NOVAS CONFIGURAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL[1]

MICHELLE MÁRCIA VIANA MARTINS[2]
MARCELO JOSÉ BRAGA NONNENBERG[3]

1. Os autores agradecem os comentários e as sugestões de Victor Henrique Lana Pinto, Fernando José da Silva Paiva Ribeiro e Vera Thorstensen.

2. Professora no Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail*: michelle.viana@ufv.br.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplica (Dinte/Ipea). *E-mail*: marcelo.nonnenberg@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministra Simone Nassar Tebet

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta
LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional
FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
RAFAEL GUERREIRO OSÓRIO

Diretora de Estudos Internacionais
KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete
ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social
GISELE AMARAL

Ouvidoria: https://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: https://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

Martins, Michelle Márcia Viana
Geoeconomia e protecionismo : novas configurações do comércio internacional / Michelle Márcia Viana Martins, Marcelo José Braga Nonnenberg. – Rio de Janeiro: Ipea, 2025.
51 p. : il., gráfs., mapas. – (Texto para Discussão ; n. 3091).

Inclui Bibliografia.
ISSN 1415-4765

1. Trump. 2. Guerra Comercial. 3. Transição Energética. 4. Agronegócio. 5. Brasil. I. Nonnenberg, Marcelo José Braga. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 382.3

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:
MARTINS, Michelle Márcia Viana; NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Geoeconomia e protecionismo**: novas configurações do comércio internacional. Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2025. 51 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3091). DOI: https:// dx.doi.org/10.38116/td3091-port

JEL: F13; F51; Q17; Q54.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: https://repositorio.ipea.gov.br/.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 6

2 GEOECONOMIA E DISPUTAS COMERCIAIS: FUNDAMENTOS E DINÂMICAS DE COMPETIÇÃO 9

3 MEDIDAS COMERCIAIS E IMPACTOS GEOECONÔMICOS NA INDÚSTRIA 17

4 EFEITOS SOBRE OS BENS AGRÍCOLAS 19

5 RUPTURA VERDE: PROTECIONISMO E NEGACIONISMO CLIMÁTICO 27

6 REFLEXOS DO PROTECIONISMO: O QUE ESPERAR PARA OUTRAS ÁREAS? 34

6.1 Multilateralismo e OMC 34

6.2 Impactos macroeconômicos 36

6.3 Comércio internacional e segurança alimentar 39

7 CONCLUSÕES 43

REFERÊNCIAS 44

SINOPSE

O objetivo deste *Texto para Discussão* é discutir o cenário geoeconômico pós-eleição de Donald Trump em 2025, examinando o crescimento do protecionismo, as repercussões para a segurança alimentar e os impactos nas cadeias globais de valor, sobretudo no agronegócio e nos setores associados ao processo de transição energética. A análise aborda o aumento de tarifas e possíveis retaliações, evidenciando como tais práticas podem afetar preços, realocar fluxos comerciais e intensificar tensões diplomáticas. Avalia-se também a postura dos Estados Unidos em relação aos compromissos climáticos e às políticas ambientais, bem como seu retrocesso na promoção de energias limpas. O texto explora, ainda, a posição do Brasil diante desses movimentos e as implicações para sua inserção comercial e o desenvolvimento de sua estratégia climática. Por fim, aponta-se que, apesar do avanço do protecionismo, existem movimentos de adaptação e cooperação que podem atenuar riscos macroeconômicos e assegurar estabilidade no fornecimento de alimentos.

Palavras-chave: Trump; guerra comercial; transição energética; agronegócio; Brasil.

ABSTRACT

The objective of this discussion paper is to examine the geoeconomic landscape following the 2025 election of Donald Trump, focusing on the expansion of protectionism, its repercussions for food security, and its impacts on global value chains, particularly within agribusiness and sectors associated with the energy transition process. The analysis addresses the increase in tariffs and potential retaliatory measures, demonstrating how such practices may influence prices, redirect trade flows, and intensify diplomatic tensions. It also evaluates the United States stance regarding climate commitments and environmental policies, as well as the regression in the promotion of clean energy. Furthermore, the paper explores Brazil's position in response to these developments and the implications for its commercial integration and climate strategy. Finally, it suggests that, despite the rise of protectionism, adaptive and cooperative initiatives exist that can mitigate macroeconomic risks and secure stability in the food supply.

Keywords: Trump; trade war; energy transition; agribusiness; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação das disputas comerciais, a busca por novas rotas mercantis e a constante competição por áreas de influência têm marcado as relações internacionais. Esse fenômeno está associado à geoeconomia, conceito que se refere ao uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais. Enquanto a geopolítica se concentra no enfoque territorial e na forma como o poder é exercido sobre o espaço físico e os recursos naturais, a geoeconomia considera como as ações econômicas de outros países podem influenciar os resultados geopolíticos favoráveis (Blackwill e Harris, 2016).

A geoeconomia é compreendida no escopo da reglobalização (WTO, 2023), conceito utilizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e da fragmentação geoeconômica (IMF, 2023), conforme empregado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em todos os casos, ela reflete os interesses geopolíticos a partir de recursos econômicos, como medidas comerciais, tecnológicas e financeiras, para moldar a ordem internacional conforme os objetivos estratégicos dos países (Ai *et al*., 2025; Baka, 2025; Brown, 2024; Marey, 2025). Ainda não há consenso na literatura sobre a existência de um processo de desglobalização ou se esse fenômeno é mais complexo e demanda uma análise mais aprofundada. De todo modo, a confluência entre dimensões econômicas e geopolíticas tem motivado reflexões sobre as estratégias adotadas pelas nações.

Nesse contexto, os Estados Unidos e a China emergem como os principais protagonistas, mas não são os únicos. A União Europeia (UE), a Rússia e, em menor escala, outras economias emergentes, a exemplo dos países do BRICS[1] ampliado,[2] também exercem influência na dinâmica global, ao utilizarem instrumentos geoeconômicos como estratégia de poder sobre os fluxos comerciais e produtivos (Ai *et al*., 2025). Desde a crise econômica de 2008, essa dinâmica tem se acentuado. Episódios mais recentes, como a pandemia da covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia, aprofundaram o uso de políticas protecionistas e a renegociação de acordos comerciais, estratégias adotadas pelos países para fortalecer sua hegemonia econômica e mitigar vulnerabilidades estratégicas.

A administração de Donald Trump, nos Estados Unidos, exemplifica o uso de instrumentos geoeconômicos para apoiar a política America First.[3] Durante seu primeiro

1. Acrônimo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).
2. Ver seção 2.
3. Tradução livre: "(Estados Unidos da) América em primeiro lugar".

mandato (2017-2021), a imposição de tarifas e barreiras comerciais contra a China foi um dos pilares da política externa de Trump. Já no seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2025, o atual presidente dos Estados Unidos tem feito anúncios de elevação de tarifas como instrumento para atingir objetivos econômicos declarados, como fortalecer a indústria norte-americana, e geopolíticos, como o aumento e fortalecimento de sua esfera de interesses.

O aumento das tarifas tem sido proposto, sobretudo, para aliados próximos, como México e Canadá, além da implementação de restrições comerciais contra a China (Marey, 2025; Pereira e Gilio, 2025). Essas medidas vêm sendo alteradas quase diariamente, o que torna incerta a evolução dessa estratégia. No entanto, as possíveis repercussões econômicas já estão em debate, uma vez que as incertezas geradas pelos discursos de Trump intensificaram a apreensão em relação à implementação das medidas anunciadas.

A simples sinalização de novas tarifas tem desencadeado reações nos mercados, afetando expectativas, provocando oscilações de preços e antecipando decisões estratégicas, mesmo antes da concretização dos atos. Em um ambiente de polarização ideológica, apenas as declarações de Trump sobre suas intenções geoeconômicas são suficientes para acirrar tensões, gerar preocupações inflacionárias e repercutir nos mercados de câmbio e de capitais, como já evidenciado pela queda dos índices futuros de Wall Street e pela valorização de diversas moedas ante o dólar (Sorkin *et al*., 2025; It's Not Over..., 2025).

Essa escalada de tensões não afeta somente setores industriais e de alta tecnologia, também incide sobre *commodities* agrícolas e bens voltados à transição energética. Sob o primeiro mandato de Trump, o agro foi alvo de tarifas, subsídios e pressões externas. A crescente demanda por segurança alimentar e a dependência de recursos naturais tornaram o setor particularmente sensível às negociações comerciais, sendo agora afetado por conflitos tarifários entre Canadá, China, México e Estados Unidos (Bekamp e Wu, 2025). Isso demonstra que o protecionismo e as retaliações não se limitam aos setores tradicionais, como o de manufaturas, que parece ser o foco principal, mas afetam também cadeias produtivas que ganharam destaque nos últimos anos, como as de bens farmacêuticos, semicondutores, fertilizantes, combustíveis (Poon, 2024) e os mercados globais de alimentos, afetando preços e a disponibilidade de insumos (Bekamp e Wu, 2025).

O resultado pode ser uma reconfiguração das cadeias globais de produção (Guillén e Torres, 2025), inclusive de produtos que corroboram para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Apesar de o debate multilateral ter avançado em compromissos sobre o clima, a administração Trump demonstrou ceticismo em relação à ciência climática e reduziu regulações ambientais internas, representando um recuo nos esforços para conter as emissões de gases do efeito estufa (GEEs) (Anderson, 2022; Sivin, 2025). No primeiro mandato, Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris. Em sua segunda administração, não apenas reafirmou essa decisão, mas também retirou o país de todos os tratados climáticos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC). Além disso, priorizou princípios como eficiência econômica, prosperidade nacional, preferência do consumidor e contenção fiscal, em detrimento de iniciativas ambientais (United States, 2025b).

A partir desse cenário, os Estados Unidos podem impor tarifas adicionais sobre metais estratégicos, além do ferro, aço e alumínio, conflitando com a crescente demanda global por minerais críticos para a produção de baterias e tecnologias verdes (UNCTAD, 2024). Isso enfraquece a posição norte-americana nesse segmento energético, reduzindo seu *softpower* (capacidade de influência não coercitiva) na agenda e aproximando o país de um isolamento estratégico, uma vez que seu ceticismo climático diverge da abordagem de nações comprometidas com a aceleração da transição verde. Além disso, esse contexto amplia as incertezas no mercado global de *commodities* agrícolas, já que eventos climáticos extremos afetam a produtividade do setor agropecuário, com impactos que vão além dos Estados Unidos e repercutem em todo o comércio internacional de alimentos (Elkind, 2025; United States, 2025b).

Diante do exposto, este texto tem como objetivo analisar, sob o cenário político pós-eleição de Trump para seu segundo mandato, a evolução da geoeconomia sob intensificação do protecionismo e explorar as consequências das restrições comerciais sobre o comércio, em especial para cadeias alimentares e para a transição energética. Destaca-se como a sobreposição de interesses políticos, inclusive de natureza ideológica, molda as disputas comerciais e de que modo as declarações do presidente norte-americano podem impactar a estabilidade geopolítica no curto e no longo prazo. Este texto sugere que os desafios para sistemas produtivos sustentáveis e a diversificação de mercados podem se tornar novas prioridades, dado o cenário internacional volátil.

2 GEOECONOMIA E DISPUTAS COMERCIAIS: FUNDAMENTOS E DINÂMICAS DE COMPETIÇÃO

A globalização, anteriormente marcada por um processo contínuo de liberalização, tem passado por um redirecionamento desde a crise de 2008, com o fortalecimento de instrumentos de defesa comercial e a maior presença de discursos protecionistas nas negociações entre as grandes potências (Ai *et al*., 2025; Reidy, 2025; Glass, 2025). O segundo mandato de Trump tem intensificado discussões sobre esse tema. O atual presidente dos Estados Unidos (2025-2028) cumpriu, em março de 2025, a proposta de impor tarifas de 25% sobre as importações do Canadá e do México, e uma taxa de 20% sobre a China (United States, 2025e). É importante que fique claro que essas decisões podem ser instáveis e alteradas a qualquer momento.

De todo modo, é sob essa conjuntura que o conceito de geoeconomia se fortalece. Enquanto a geopolítica tradicional enfoca estratégias militares, territoriais e de segurança, a geoeconomia considera recursos econômicos, como políticas comerciais seletivas (tarifas e subsídios), sanções e práticas de *nearshoring* ou *onshoring*,[4] que reconfiguram as cadeias produtivas em função de aliados estratégicos (Crowe e Rawdanowicz, 2023; Baka, 2025). Isso tem afetado diretamente o comércio. Segundo o Banco Mundial, em 2020, as cadeias globais de valor responderam por menos de 50% do comércio internacional, uma queda expressiva em relação aos 80% registrados em 2013, refletindo uma desaceleração que vem ocorrendo desde 2008 (World Bank, 2020).

Entre os principais fatores que explicam essa retração, estão: o baixo crescimento econômico, especialmente no setor de investimentos; incertezas quanto ao acesso a mercados, o que dificulta a execução de planos de expansão; o aumento dos custos de transporte e logística; a implementação limitada de reformas voltadas à melhoria da regulamentação do comércio global; e a crescente adoção de medidas protecionistas (World Bank, 2020).

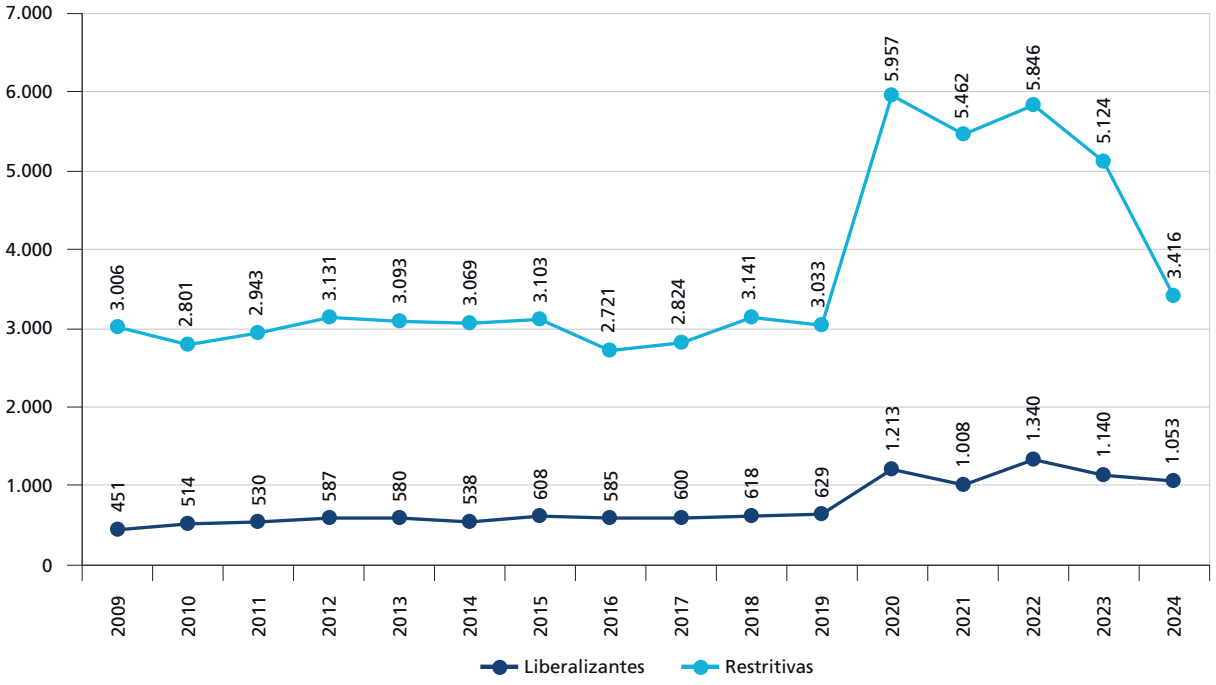
Soma-se a esses fatores a intensificação de conflitos internacionais e de corridas tecnológicas. O aumento do número de guerras em diferentes regiões do globo tem levado à imposição de sanções econômicas, como exemplificado pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. Além disso, a exacerbação da guerra comercial e tecnológica entre os Estados Unidos e a China tem resultado em uma profunda dissociação do

4. Em oposição ao processo de *outsourcing* (terceirização), que marcou o apogeu das cadeias globais de valor, o *nearshoring* consiste em transferir operações para países próximos, reduzindo custos de transporte e facilitando a comunicação. *Onshoring* refere-se à realocação dessas atividades para o próprio país, visando maior controle e incentivo à economia local.

comércio entre os dois países, afetando fortemente as cadeias globais dependentes da aquisição de insumos ou bens de capital de ambas as nações (Egan e Clarke, 2023; Guillén e Torres, 2025).

Dados do Global Trade Alert (GTA) confirmam o aumento de iniciativas restritivas ante as de liberalização, refletindo a priorização dos interesses nacionais (gráfico 1). Ocorre, ainda, a formação de blocos específicos. No contexto da guerra russo-ucraniana, por exemplo, as sanções recebidas pela Rússia a partir de economias do Ocidente aproximou o país da China nas exportações de petróleo e gás, refletindo uma "desglobalização seletiva" (Crowe e Rawdanowicz, 2023). Ao mesmo tempo, o grupo BRICS se expandiu,[5] incorporando novos membros além dos tradicionais, e busca ampliar sua influência em setores estratégicos, como o de combustíveis fósseis (Trivedy e Khatun, 2023).

GRÁFICO 1
Iniciativas de liberalização e restrição ao comércio (2009-2024)



Fonte: GTA, 2025. Disponível em: https://globaltradealert.org/. Acesso em: 6 fev. 2025.
Elaboração dos autores.

5. Arábia Saudita, Emirados Árabes, Irã, Etiópia, Egito e Indonésia agora também compõem o grupo.

As restrições comerciais ocorrem em uma dinâmica global marcada pela existência de dois grandes polos de poder: de um lado, os Estados Unidos e os países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que estão tentando manter e recompor a velha ordem global estabelecida em Bretton Woods;[6] de outro, China, Rússia e outros países que aspiram ao estabelecimento de uma nova ordem multipolar e novas alianças econômicas e militares. Nesse cenário, muitas economias emergentes e países do Sul global, como os BRICS, adotam posturas mais autônomas e pragmáticas, buscando consolidar uma nova ordem mundial. Esse realinhamento geoeconômico tem reflexos diretos nas políticas comerciais, intensificando disputas entre as grandes potências (Guillén e Torres, 2025).

Os Estados Unidos e a China encontram-se no epicentro dos polos de poder. Até 2008, a economia norte-americana mantinha uma posição dominante em termos econômicos e militares, respaldada pelo dólar como moeda-chave do sistema internacional e por instituições financeiras multilaterais que consolidavam sua influência. No entanto, a crise financeira de 2008 evidenciou fragilidades estruturais e acelerou a ascensão da China como potência econômica global. A rápida expansão chinesa, impulsionada por sua inserção nas cadeias produtivas globais e pelo investimento em infraestruturas estratégicas, resultou no aumento da influência do país sobre o comércio internacional (Guillén e Torres, 2025).

Até 1970, os Estados Unidos incentivaram a integração da China à economia global para conter a União Soviética. A partir de 2005, políticas protecionistas começaram a surgir por parte do governo estadunidense, intensificando-se sob os governos de Obama, Trump e Biden (Guillén e Torres, 2025). Entre 2017 e 2018, os Estados Unidos iniciaram uma escalada de medidas restritivas, justificadas pela necessidade de proteger indústrias domésticas, reverter *déficits* comerciais e reforçar a segurança nacional (Aiyar *et al*., 2023; United States, 2025a).

6. O Acordo de Bretton Woods, assinado em 1944, estabeleceu a estrutura financeira do pós-guerra, consolidando o dólar como a principal moeda de referência internacional e criando instituições como o FMI e o Banco Mundial. Esse sistema proporcionou estabilidade monetária e favoreceu a hegemonia dos Estados Unidos, mas entrou em colapso na década de 1970 com a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro e a adoção de taxas de câmbio flutuantes.

Nesses anos, as tarifas justificadas pela seção 232 do Trade Expansion Act[7] (Lei de Expansão do Comércio), atingiram, além de parceiros tradicionais, como Canadá e México, a China, considerada o principal foco do desequilíbrio comercial americano (Glass, 2025; Avi-Yonah e Narotzki, 2025). Na mesma ocasião, o uso da seção 301 do United States Trade Act[8] (Lei de Comércio dos Estados Unidos, mencionada com maior intensidade a partir de julho de 2018) resultou em efeitos comerciais negativos em mais de US$ 360 bilhões em produtos chineses (S&P Global, 2025; Anderson, 2022).

Em 2025, um documento assinado por Trump em seu primeiro dia do novo governo[9] fornece uma pista sobre a direção da política comercial a ser seguida pelos próximos anos (United States, 2025a). No memorando intitulado America First Trade Policy (Política Comercial América em primeiro lugar), dirigido a nove autoridades governamentais, como os secretários do Tesouro, do Comércio e do Estado, o presidente solicita que sejam investigadas

> (...) as causas dos grandes e persistentes déficits comerciais anuais de bens do nosso país, bem como as implicações e riscos econômicos e de segurança nacional resultantes de tais déficits, e recomendará medidas apropriadas, como uma tarifa suplementar global ou outras políticas, para remediar tais déficits (United States, 2025a, tradução nossa) .[10]

Ou seja, o déficit comercial é entendido como um problema a ser resolvido, pois afeta a segurança nacional. Para isso, devem ser tomadas medidas como aumento de tarifas, revisão de acordos comerciais, aplicação de medidas compensatórias e *anti-dumping*, entre outras, incluindo uma revisão de todo o comércio com a China. Deverá também ser criado um novo órgão denominado External Revenue Service (Serviço de Receita Externa), responsável pela arrecadação das tarifas. Portanto, fica claro que

7. Autoriza o presidente dos Estados Unidos a impor restrições comerciais, como tarifas e cotas, quando investigações do Departamento de Comércio indicam que importações específicas representam uma ameaça à segurança nacional do país. Foi amplamente utilizada durante a administração Trump para sobretaxar aço e alumínio de diversos países.

8. Permite que o governo dos Estados Unidos imponha medidas de retaliação comercial contra países que adotem práticas consideradas injustas ou discriminatórias. Essa seção foi aplicada contra a China em 2018, resultando na imposição de tarifas sobre centenas de bilhões de dólares em produtos chineses, como parte da guerra comercial entre os dois países.

9. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/america-first-trade-policy/. Acesso em: 14 de fevereiro de 2025.

10. "(...) *the causes of our country's large and persistent annual trade deficits in goods, as well as the economic and national security implications and risks resulting from such deficits, and recommend appropriate measures, such as a global supplemental tariff or other policies, to remedy such déficits*".

as medidas tomadas nas primeiras semanas de governo serão complementadas por outras, até que o déficit comercial seja bastante reduzido ou até mesmo eliminado.

Este objetivo é particularmente desafiador, pois o déficit comercial e o saldo em conta corrente refletem uma demanda doméstica que supera a capacidade de produção interna. Logo, eliminá-lo implicaria, no curto prazo, reduzir essa demanda, algo que, diante da rigidez da oferta, acarretaria uma recessão.

As posições dos Estados Unidos e da China no cenário geoeconômico mostram que as restrições comerciais de ambos ocorrem por motivações distintas. Trump visa reequilibrar déficits e pressionar as políticas internas de seus parceiros, enquanto a China se protege ao retaliar, focando principalmente na segurança tecnológica. Nos dois casos, a aplicação de tarifas extrapola a dimensão comercial e assume caráter de poder (Guillén e Torres, 2025). Essa política, seguida de retaliações dos parceiros, afetam as cadeias globais de fornecimento, elevando custos para produtores e consumidores e rearranjando fluxos de comércio (Bekamp e Wu, 2025; Crowe e Rawdanowicz, 2023).

Embora os Estados Unidos e a China sejam os principais atores nas disputas geoeconômicas atuais, as medidas de restrição não se limitam aos dois países. Outras nações também contribuem para o contexto geoeconômico de restrições comerciais (tabelas 1 e 2).

TABELA 1

Medidas de liberalização e restrição emitidas por Estados Unidos, China e resto do mundo (2009-jan. 2025)

2004-2025	Liberalização							Restrição						
	China		Estados Unidos		Resto do mundo		**Total**	China		Estados Unidos		Resto do mundo		**Total**
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	**Quantidade**	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	**Quantidade**
2009	44	3,0	9	0,6	1.403	96,4	**1.456**	166	3,8	564	12,9	3.634	83,3	**4.364**
2010	34	2,1	12	0,7	1.558	97,1	**1.604**	200	4,7	755	17,8	3.292	77,5	**4.247**
2011	37	2,6	15	1,1	1.375	96,4	**1.427**	268	6,0	605	13,6	3.560	80,3	**4.433**
2012	35	1,8	12	0,6	1.894	97,6	**1.941**	320	6,9	660	14,3	3.638	78,8	**4.618**
2013	35	2,2	22	1,4	1.543	96,4	**1.600**	351	7,6	504	10,9	3.758	81,5	**4.613**
2014	40	2,1	30	1,6	1.835	96,3	**1.905**	405	8,7	557	12,0	3.684	79,3	**4.646**
2015	42	2,6	56	3,4	1.544	94,0	**1.642**	462	10,5	450	10,2	3.509	79,4	**4.421**
2016	44	2,7	57	3,5	1.512	93,7	**1.613**	523	12,0	352	8,1	3.488	79,9	**4.363**
2017	36	2,1	43	2,5	1.649	95,4	**1.728**	462	9,6	315	6,5	4.058	83,9	**4.835**
2018	61	3,9	48	3,0	1.469	93,1	**1.578**	562	12,8	480	10,9	3.360	76,3	**4.402**
2019	45	5,2	50	5,8	774	89,1	**869**	601	14,6	414	10,0	3.113	75,4	**4.128**
2020	44	2,6	56	3,3	1.598	94,1	**1.698**	692	9,2	1.518	20,1	5.324	70,7	**7.534**
2021	21	1,4	39	2,7	1.408	95,9	**1.468**	722	10,2	1.071	15,1	5.313	74,8	**7.106**
2022	29	1,5	30	1,5	1.906	97,0	**1.965**	884	10,2	930	10,8	6.829	79,0	**8.643**
2023	32	2,2	15	1,0	1.413	96,8	**1.460**	899	11,8	748	9,8	5.962	78,4	**7.609**
2024	39	2,4	25	1,6	1.548	96,0	**1.612**	276	4,3	720	11,2	5.435	84,5	**6.431**
2025[1]	8	2,6	4	1,3	290	96,0	**302**	34	7,3	42	9,0	390	83,7	**466**
Total	**626**	**2,4**	**523**	**2,0**	**24.872**	**95,6**	**26.021**	**7.834**	**8,9**	**10.774**	**12,3**	**68.973**	**78,8**	**87.581**

Fonte: GTA, 2025. Disponível em: https://globaltradealert.org/. Acesso em: 6 fev. 2025.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Janeiro de 2025.
Obs.: Células com tons de azul representam menos medidas e com tons de vermelho, mais medidas. Quanto maior a intensidade das cores, maior a sua quantidade.

TABELA 2

Medidas de liberalização e restrição que afetaram Estados Unidos, China e resto do mundo (2004-jan. 2025)

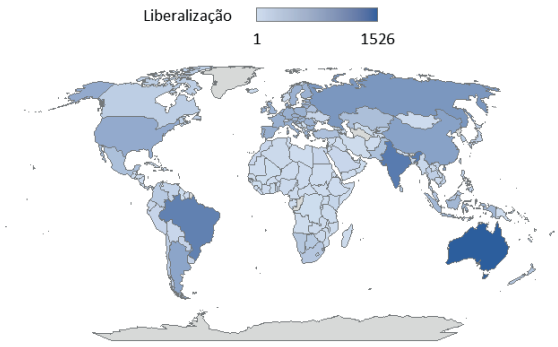
2004-2025	Liberalização							Restrição						
	China		Estados Unidos		Resto do mundo		**Total**	China		Estados Unidos		Resto do mundo		**Total**
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	**Quantidade**	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	**Quantidade**
2009	192	2,1	166	1,8	8.769	96,1	**9.127**	779	2,2	586	1,6	34.458	96,2	**35.823**
2010	205	2,6	149	1,9	7.449	95,5	**7.803**	854	2,7	542	1,7	29.884	95,5	**31.280**
2011	233	2,2	194	1,8	10.137	96,0	**10.564**	738	2,0	601	1,7	34.727	96,3	**36.066**
2012	253	2,3	224	2,0	10.735	95,7	**11.212**	763	2,0	671	1,8	36.268	96,2	**37.702**
2013	260	2,5	214	2,1	9.900	95,4	**10.374**	812	2,1	736	1,9	37.533	96,0	**39.081**
2014	234	2,3	209	2,1	9.690	95,6	**10.133**	818	1,4	749	1,3	57.684	97,4	**59.251**
2015	286	2,0	238	1,7	13.794	96,3	**14.318**	949	2,2	1.024	2,4	41.092	95,4	**43.065**
2016	265	2,3	240	2,1	11.115	95,7	**11.620**	821	2,1	929	2,4	37.274	95,5	**39.024**
2017	279	2,4	254	2,2	10.954	95,4	**11.487**	774	1,7	916	2,0	44.720	96,4	**46.410**
2018	279	2,4	294	2,5	11.040	95,1	**11.613**	860	1,6	947	1,8	51.882	96,6	**53.689**
2019	321	3,0	299	2,7	10.254	94,3	**10.874**	736	1,0	1.057	1,4	74.928	97,7	**76.721**
2020	732	3,2	692	3,0	21.389	93,8	**22.813**	1.210	1,6	1.500	1,9	74.803	96,5	**77.513**
2021	585	3,5	565	3,4	15.708	93,2	**16.858**	1.324	1,5	1.432	1,6	87.822	97,0	**90.578**
2022	805	2,9	786	2,9	25.974	94,2	**27.565**	1.709	2,1	1.590	1,9	79.149	96,0	**82.448**
2023	708	3,1	622	2,7	21.566	94,2	**22.896**	1.481	2,7	1.541	2,8	51.710	94,5	**54.732**
2024	611	3,0	535	2,6	19.058	94,3	**20.204**	1.215	51,5	818	34,7	327	13,9	**2.360**
2025[1]	2	3,3	2	3,3	57	93,4	**61**	14	3,3	20	4,7	390	92,0	**424**
Total	**6.250**	**2.7**	**5.683**	**2,5**	**218.353**	**94,8**	230.319	**15.980**	**1,9**	**15.718**	**1,9**	**805.264**	**95,8**	**84.0471**

Fonte: GTA, 2025. Disponível em: https://globaltradealert.org/. Acesso em 6 de fev. 2025.
Elaboração do autor.
Nota: [1] Janeiro de 2025.
Obs.: Células com tons de azul representam menos medidas e com tons de vermelho, mais medidas. Quanto maior a intensidade das cores, maior a sua quantidade.

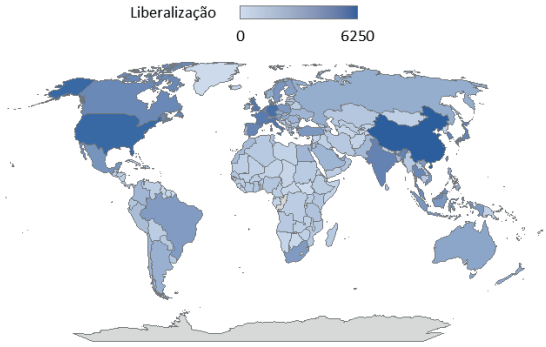
A figura 1 evidencia as economias com maior participação em iniciativas de liberalização e restrição comercial. No âmbito das medidas de liberalização, a Austrália se destaca com 1.001 iniciativas (5,9% do total de 25.868), seguida por Índia (1.124, 4,3%), Brasil (1.046, 4,0%) e Rússia (765, 3,0%), consolidando-se como as economias mais ativas nesse sentido. Em contrapartida, os países que mais implementaram medidas restritivas foram os Estados Unidos, com 10.685 restrições (12,3% do total de 86.859), China (7.827, 9,0%), Brasil (7.578, 8,7%) e Alemanha (3.311, 3,8%). Entre os mais beneficiados por medidas de liberalização, a China lidera com 6.250 medidas (2,7% do total de 229.522), seguida por Estados Unidos (5.683, 2,5%), Alemanha (5.269, 2,3%) e Itália (4.896, 2,1%). Entre os mais afetados por restrições estão a Alemanha, com 18.205 medidas (2,2% do total de 836.390), seguida por França (17.462, 2,1%), Itália (17.418, 2,1%) e Reino Unido (16.571, 2,0%).

FIGURA 1
Medidas de restrição e liberalização impostas pelos países: implementadores e afetados (2009-jan. 2025)

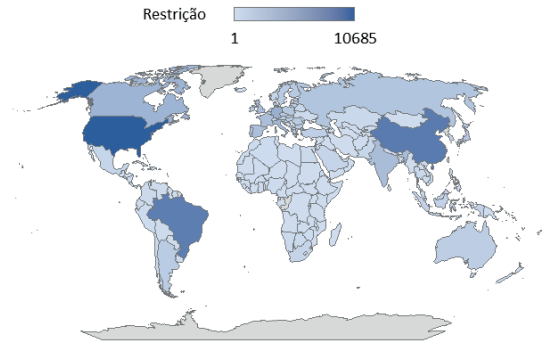
1A – Países implementadores de medidas de liberalização



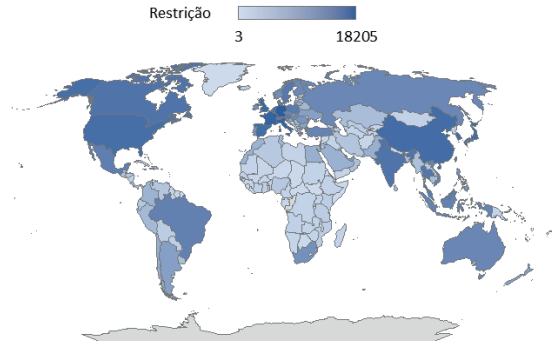
1B – Países afetados por medidas de liberalização



1C – Países implementadores de medidas de restrição



1D – Países afetados por medidas de restrição



Fonte: GTA, 2025. Disponível em: https://globaltradealert.org/. Acesso em: 6 fev. 2025.
Elaboração dos autores.
Obs.: Cores mais escuras representam maior intensidade de restrição para aquele país.

3 MEDIDAS COMERCIAIS E IMPACTOS GEOECONÔMICOS NA INDÚSTRIA

No campo industrial, diferentes governos implementaram tarifas unilaterais e ações de retaliação sobre manufaturas de maior valor agregado e setores estratégicos para a segurança nacional (Mihaylov e Sitek, 2021; Munhoz, 2025). Em 2018, os Estados Unidos ampliaram essas sobretaxas para as importações de aço e alumínio, com o objetivo de conter importações chinesas e reequilibrar a balança comercial (Aiyar *et al*., 2023; Mason, 2025).

Entre 2018 e 2021, essa política elevou os preços domésticos desses metais, em média, em 2,4% ao ano. Apesar de ser um valor baixo, afetou as cadeias produtivas dos setores automotivo e de eletrodomésticos, que repassaram parte dos custos ao consumidor (Glass, 2025; Johanson *et al*., 2023). Como consequência, houve queda na demanda interna e redução do volume de produção em alguns segmentos industriais.

No setor automotivo, estimou-se uma perda de 1,7 milhão de veículos na produção norte-americana desde 2021, com cortes ou suspensões de cerca de 750 mil trabalhadores. Na cadeia de autopeças, os componentes importados da China aumentaram 24,5% de preço, resultando na queda de 50,1% no volume importado (Johanson *et al*., 2023).

Mesmo com certo estímulo à produção doméstica de aço e alumínio, quando os Estados Unidos apresentaram um incremento médio de 1,9% ao ano na produção siderúrgica local foram observados efeitos negativos sobre outras indústrias. Em um balanço geral, a política tarifária estadunidense não foi eficaz em melhorar as condições de produção e trabalho no país e em ampliar a competitividade da indústria nacional. Para 2025, foi comunicada a implementação de tarifas de 25% sobre as importações do Canadá e do México, e de 10% sobre as importações da China (United States, 2025e). Porém, Donald Trump assume que essa medida pode ter um efeito ambíguo no setor automobilístico. Ao mesmo tempo que as tarifas incentivam a produção siderúrgica doméstica, podem prejudicar a cadeia de suprimentos da indústria automotiva, que depende de componentes e matérias-primas do Canadá e do México (United States, 2025f).

A imposição de tarifas também deverá impactar a produção de energia nos setores industriais, incluindo oleodutos, turbinas eólicas e painéis solares, devido à previsão de aumento nos custos de materiais metálicos. Além disso, espera-se uma redução no valor de mercado das empresas automobilísticas e de defesa dos Estados Unidos, reflexo do aumento dos custos de produção (Klomp, 2025).

Embora as tarifas propostas inicialmente pelo governo Trump possam aumentar as receitas fiscais federais em aproximadamente US$ 1,2 trilhão entre 2025 e 2034, um aumento médio de impostos de mais de US$ 830,0 por domicílio em 2025, estima-se que sua implementação resulte na perda de cerca de 344.000 empregos equivalentes em tempo integral. As indústrias mais afetadas serão aquelas dependentes de produtos importados, devido ao aumento dos custos produtivos (York e Durante, 2025).

Essas são estimativas bem preliminares, pois ainda é incerto o quanto irão aumentar as tarifas e para que países. Todavia, em termos globais, a guerra comercial de 2025 tem potencial de reduzir o produto interno bruto (PIB) mundial em 2030 em 0,5% e o comércio internacional, em 3,4% (Bouët, Sall e Zheng, 2025). Além disso, o encarecimento de insumos metálicos pressiona toda a cadeia global, pois diversos países buscam rotas comerciais que reduzam a dependência de fornecedores tarifados.

Entre 2018 e 2021, algumas empresas dos Estados Unidos transferiram parte de sua produção manufatureira para fora da China, beneficiando países como México e Vietnã. No entanto, essa realocação não eliminou a dependência norte-americana da produção chinesa, especialmente em setores estratégicos. No segmento de semicondutores, por exemplo, as tarifas impostas pelos Estados Unidos reduziram em 72% as importações desses itens da China, mas resultaram em escassez e instabilidade nas cadeias de suprimentos do setor eletrônico no mercado norte-americano (Johanson *et al*., 2023).

Para 2025, é esperado que haja uma nova realocação dos fluxos comerciais. Estima-se que as exportações da China para os Estados Unidos diminuam em 80,5%, enquanto as exportações dos Estados Unidos para a China reduziriam em 58,0%. Além disso, é esperado um aumento expressivo nos déficits comerciais de muitos países em relação à China (Bouët, Sall e Zheng, 2025).

Em termos setoriais, as previsões mostram que as tarifas de Trump poderiam ampliar, nos Estados Unidos, as atividades industriais ligadas ao setor de metais, tal como ocorreu em 2018. Os setores têxtil, de eletrônicos (celulares, computadores e televisores), químico, borrachas e plásticos, veículos e produtos óticos também podem assistir a uma ampliação na produção doméstica. Contudo, também se estima que haverá uma queda na atividade agrícola estadunidense (Bouët, Sall e Zheng, 2025; Vanzetti, 2025). De modo geral, os setores beneficiados nos Estados Unidos seriam os mais prejudicados na China, revertendo os padrões tradicionais das vantagens comparativas globais.

Em um cenário mais amplo, o impacto sobre outros países irá depender se as tarifas serão impostas bilateralmente, contra a China, por exemplo, ou universalmente, contra todos os países. Tarifas bilaterais têm um impacto limitado em comércio, bem-estar e salários reais, porque ambos os países podem obter importações de fontes alternativas e, da mesma forma, exportar para outros destinos. Em contrapartida, não há espaço para desvio de comércio se os Estados Unidos impuserem aumentos de tarifas universalmente.

Se as tarifas universais forem aplicadas, a economia norte-americana tende a ser a mais impactada, pois a redução na importação de bens estrangeiros levaria a um aumento da demanda por produtos domésticos (Bouët, Sall e Zheng, 2025). No entanto, os efeitos dependerão da capacidade produtiva dos Estados Unidos em atender essa demanda a preços competitivos. O cenário mais provável é uma alta da inflação. Além disso, as empresas nacionais podem não se beneficiar, já que o aumento das taxas de câmbio e a queda nas exportações podem neutralizar possíveis ganhos. A proposta de tarifas recíprocas é ainda mais complexa de avaliar, mas certamente traria impactos negativos expressivos sobre o comércio.

Alguns estudos já projetam cenários considerando a crescente preocupação dos Estados Unidos com o avanço da inteligência artificial chinesa, exemplificada recentemente pelo DeepSeek. No entanto, o ritmo acelerado do setor torna essa dinâmica volátil, pois outras empresas podem lançar modelos mais avançados constantemente (Oxford Analytica, 2025). Segundo Egan e Clarke (2023), a estratégia dos Estados Unidos contra a China se concentra na esfera tecnológica, envolvendo semicondutores, tecnologias de informação e sistemas de inteligência artificial. Para restringir a presença chinesa nesses segmentos, o governo norte-americano pode recorrer a instrumentos geoeconômicos, além das tarifas, como direitos de propriedade, padrões regulatórios, acordos estratégicos e disputas tecnológicas, que são frequentemente interpretadas como formas de guerra comercial, cujos impactos vão além dos conflitos tarifários tradicionais (Aiyar *et al*., 2023; S&P Global, 2025).

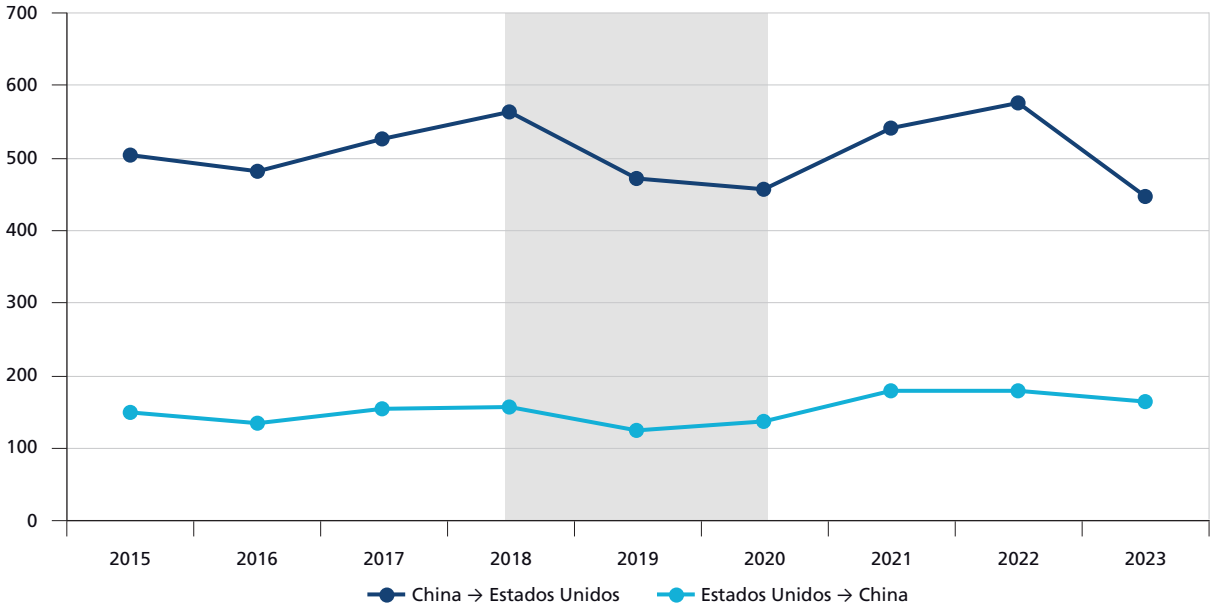
4 EFEITOS SOBRE OS BENS AGRÍCOLAS

As tarifas sobre o aço e alumínio resultam em um “efeito dominó” no comércio global, desencadeando uma sucessão de retaliações que extrapolam os setores inicialmente afetados. Esse fenômeno foi observado quando as tarifas dos Estados Unidos, que atingiram diretamente os produtos chineses do setor industrial, afetaram outros setores de outros países. As contramedidas chinesas a produtos norte-americanos, como soja

e carne suína (Pereira e Gilio, 2025; S&P Global, 2025), levaram a desdobramentos sobre o comércio agrícola.

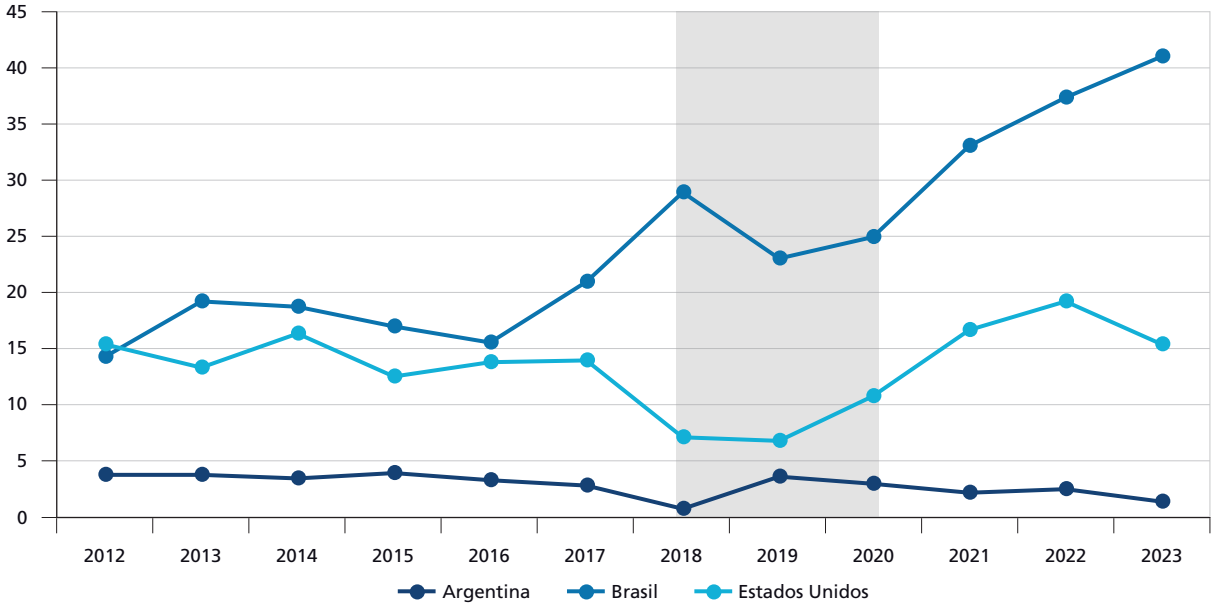
Para reduzir sua vulnerabilidade comercial, a China investiu na diversificação de fornecedores de alimentos e rotas comerciais, o que fortaleceu o comércio agrícola a partir da Ásia, África e América Latina (Wang *et al*., 2025). Os gráficos 2 (comércio total entre Estados Unidos e China) e 3 (exportações de soja para a China) evidenciam que houve uma alteração nos fluxos comerciais a partir de 2018. Enquanto o mercado americano perdeu participação na China, países como Brasil e Argentina avançaram em suas exportações para o país, sobretudo no fornecimento de soja.

GRÁFICO 2
Comércio total entre Estados Unidos e China (2015-2023)
(Em USD bilhões)



Fonte: WITS, 2025. Disponível em: https://wits.worldbank.org/. Acesso em: 10 fev. 2025.
Elaboração dos autores.
Obs.: A área hachurada representa o período da guerra comercial sino-americana.

GRÁFICO 3
Exportações de soja para a China por meio de seus principais parceiros (2012-2023)
(Em USD bilhões)



Fonte: WITS, 2025. Disponível em: https://wits.worldbank.org/. Acesso em: 10 fev. 2025.
Elaboração do autor.
Obs.: 1. A área hachurada representada o período da guerra comercial sino-americana.
2. O fluxo comercial de soja corresponde ao código HS 1201, classificado como soja em grãos.

Esse panorama revela um "choque de escala" (Blessley e Mudambi, 2022), que ocorre quando grandes quantidades de produtos, antes destinadas a certos mercados, são realocadas para outros. A perda de acesso ao mercado chinês ocasionou esse choque ao levar os produtores de soja dos Estados Unidos a direcionar excedentes para outros mercados ou até a armazená-los internamente. Esse excedente pressionou a logística local, gerou custos de estocagem e, em certa medida, precisou ser absorvido por programas de segurança alimentar, o que sobrecarregou organizações de distribuição (Blessley e Mudambi, 2022).

Além disso, as disputas tarifárias também podem desencadear um "choque de escopo", quando sanções ou barreiras comerciais modificam repentinamente os fluxos globais de produtos. Isso se manifesta quando itens anteriormente pouco comercializados em escala internacional passam a ocupar grande volume nos fluxos de comércio, exigindo adaptações rápidas em termos de processamento, transporte e normatização sanitária.

A guerra tarifária levou a China a reduzir a importação de carne suína norte-americana, favorecendo fornecedores europeus e sul-americanos. O aumento da demanda por carne suína brasileira e espanhola exigiu ajustes na capacidade produtiva desses países, na certificação sanitária e na estrutura logística para atender aos padrões chineses. Outro exemplo envolve as restrições à exportação de arroz na Índia, observadas em 2022 e 2023, que impactaram nações como o Senegal, que tiveram de recorrer a Brasil, Paquistão e Tailândia para compensar a falta de arroz, gerando custos adicionais e mudanças em regulamentos fitossanitários (Abdullah e Glauber, 2025).

A acomodação de excedentes de exportações em outros destinos gera mudanças profundas na geopolítica do agronegócio. O mesmo movimento que beneficia alguns produtores aumenta a concentração de risco quando esses exportadores novos passam a depender de um comprador dominante. Se, futuramente, a China ou qualquer outro grande importador reverter a política de tarifas e se reaproximar dos Estados Unidos, os países que consolidaram participação nesse ínterim podem sofrer uma grande queda de demanda (FAO, 2022).

Esse redirecionamento de rotas poderá gerar pressão sobre regiões norte-americanas altamente dependentes do comércio agropecuário, no atual panorama de guerras tarifárias. Isso evidenciaria a vulnerabilidade de áreas rurais que, nos últimos anos, vinham apoiando as agendas protecionistas de Trump (Guillén e Torres, 2025; Reidy, 2025). Segundo estatísticas da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos, as retaliações impostas em 2018 resultaram em reduções de mais de US$ 27 bilhões nas exportações do país (Johanson *et al*., 2023).

Na ocasião, houve tentativas de firmar acordos com Japão, Coreia do Sul e países do Sudeste Asiático como forma de compensar a perda de espaço na China. No entanto, elas não foram suficientes para absorver o volume que foi reduzido das exportações norte-americanas para a China. Em 2017, os Estados Unidos exportaram aproximadamente 31,7 milhões de toneladas métricas (MMTs) de soja para o mercado chinês. Em 2018, esse volume caiu para cerca de 8,2 MMTs, uma redução de aproximadamente 74% (Adjemian, Smith e He, 2021). Além disso, a manutenção de parte das tarifas até após 2021, durante o governo Biden, mostrou que o protecionismo não foi totalmente revertido, alimentando um ambiente de incerteza que ainda permanece.

No contexto atual, os envios de carne suína, soja e até produtos processados poderão enfrentar pressão competitiva, gerando excedentes e quedas nos preços domésticos. Ao mesmo tempo, o efeito dominó se pronunciaria sobre os custos de

produção no campo, que aumentariam em função das tarifas sobre aço e alumínio, encarecendo tratores, colheitadeiras, silos e diferentes implementos (Glass, 2025). Fertilizantes e defensivos também tiveram seus preços elevados tanto pelas barreiras tarifárias, em 2018, quanto por interrupções nas cadeias de suprimento derivadas da guerra russo-ucraniana, em 2022. No atual cenário, motivados pela geoeconomia, os fornecedores externos podem sofrer retaliações ou mudanças na oferta (Fumasi *et al*., 2024).

Para amortecer esses impactos, os agricultores americanos podem receber pacotes de compensação financeira (Pereira e Gilio, 2025). No contexto da redução das exportações de soja dos Estados Unidos para a China, em 2018, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture – USDA) implementou o Market Facilitation Program (Programa de Facilitação de Mercado), que gerou pagamentos aos produtos de aproximadamente US$ 8,5 bilhões. Esse valor não foi suficiente para cobrir os impactos diretos decorrentes da tarifa de 25% aplicada pela China, que ocasionou uma queda média de US$ 0,74 por *bushel* no preço de exportação da soja norte-americana, durante um período de cerca de cinco meses. Essa redução nos preços, quando combinada com o volume expressivo de exportações anteriormente direcionadas à China, gerou perdas estimadas em torno de US$ 3,2 bilhões para os produtores norte-americanos da *commodity* (Adjemian *et al*., 2021; Coppess, Kalaitzandonakes e Ellison, 2025).

Embora os subsídios do USDA tenham buscado atenuar as perdas no curto prazo, a sua existência reforça a constatação de que, mesmo quando as tarifas visam nominalmente proteger a indústria doméstica, os exportadores podem se tornar vítimas involuntárias da política protecionista. Isso se torna evidente em declarações atuais de associações dos Estados Unidos, como a American Soybean Association (Associação Americana de Soja), American Seed Trade Association (Associação Americana de Comércio de Sementes), Agricultural Retailers Association (Associação de Varejistas Agrícolas) e The Fertilizer Institute (Instituto de Fertilizantes), que criticaram as tarifas implementadas por Trump em 2025, enfatizando que os repasses governamentais não cobrem efetivamente as perdas comerciais e que a imprevisibilidade das negociações futuras amplia a insegurança do setor (Davies, 2025).

Esse episódio sobre o agronegócio não é um caso isolado. Há evidências de que a restrição sobre produtos agrícolas e alimentícios vem crescendo em diversos blocos geopolíticos. Dados do GTA, no gráfico 4, mostram que produtos alimentícios processados, *commodities* e bens intermediários para a indústria agroalimentar vêm sendo alvos recorrentes de políticas restritivas que, ao encarecer insumos ou bloquear exportações,

geram uma sucessão de ajustes. O efeito resultante tende a ser o agravamento dos riscos de desabastecimento, particularmente quando há retaliações envolvendo itens considerados essenciais pelas populações locais (Fumasi *et al*., 2024).

GRÁFICO 4
Setores mais afetados por medidas restritivas (2005-jan. 2025)

Fonte: GTA, 2025. Disponível em: https://globaltradealert.org/. Acesso em: 6 fev. 2025.
Elaboração dos autores.
Obs.: Nec – não especificados em outra categoria.

Outra consequência recai sobre as decisões de investimento e as estratégias empresariais, que sofrem constantes revisões porque as cadeias agropecuárias, compostas por fertilizantes, sementes, maquinário e serviços logísticos, dependem de previsibilidade para se manterem competitivas (Fumasi *et al*., 2024; Pereira e Gilio, 2025; Reidy, 2025; Távora, 2025). Nesse ponto, é importante analisar não apenas o resultado direto das sobretaxas, mas também a sucessão de retaliações que afetam vários elos da cadeia, inclusive transportadores, processadores de alimentos e distribuidores.

Os efeitos geoeconômicos de 2018 atingiram o Canadá e o México, que também inseriram sobretaxas contra produtos agrícolas dos Estados Unidos como forma de retaliação às tarifas unilaterais sobre o aço e o alumínio. Esses países, que juntamente com a economia estadunidense compõem o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), antigo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement – NAFTA), passaram a buscar fornecedores de lácteos, carne e milho em outras regiões (Chepeliev, Tyner e Mensbrugghe, 2018; Ciuriak, 2019; Glauber, Piñeiro e Gianatiempo, 2025).

Nesse processo, que se repete em 2025, os países do Cone Sul, da América Central e do Caribe poderiam encontrar janelas de oportunidades para ampliar seu comércio de carnes, frutas, oleaginosas e alimentos processados para mercados antes dominados pelos Estados Unidos. Ainda assim, a possiblidade de aproveitar a expansão de exportações para México e Canadá poderia repercutir negativamente no comércio intrarregional da América Latina e do Caribe, pois os ofertantes priorizariam o abastecimento de compradores que pagassem melhor ou que absorveriam maior volume, desestruturando acordos regionais (Glauber e Gianatiempo, 2025; Glauber, Piñeiro e Gianatiempo, 2025).

Apesar dos efeitos negativos dos episódios tarifários de 2018, as motivações atuais de Trump para manter políticas protecionistas envolvem tanto a busca de apoio político por meio de eleitores que veem as tarifas como ferramenta para defender empregos domésticos quanto a tentativa de demonstrar poder de barganha internacional (Avi-Yonah e Narotzki, 2025; United States, 2025a). Por vezes, a própria ameaça de sobretaxas leva parceiros a rever acordos, como aconteceu em 2018, no processo de renegociação do NAFTA. O resultado do USMCA, com cláusulas adicionais que beneficiaram parcialmente setores agrícolas de Canadá e México, gerou cerca de US$ 450 milhões adicionais em exportações (Chepeliev, Tyner e Mensbrugghe, 2018; Ciuriak, 2019). Esse tipo de ganho pode, entretanto, se dissolver caso as tensões escalem novamente, como sinalizado no segundo mandato do atual presidente dos Estados Unidos (Ai *et al*., 2025; S&P Global, 2025).

Embora algumas vozes, como a do Wall Street Journal, tenham classificado o embate tarifário de 2025 como “a guerra comercial mais estúpida da história” (The Dumbest..., 2025), não se descarta a possibilidade de esses conflitos persistirem, pois a lógica política que os sustenta muitas vezes ignora os impactos de longo prazo (Plume e Huffstutter, 2025). Em termos práticos, há incertezas para as próximas safras de soja, milho e da produção de carne, uma vez que, dependendo da intensidade das

sanções do segundo mandato de Trump, as exportações podem sofrer quedas ou redirecionamentos, como ocorreu em seu primeiro governo.

Somado a isso, a reconfiguração geopolítica dos últimos anos, marcada por conflitos como a guerra da Rússia na Ucrânia e as tensões no Oriente Médio, adiciona camadas de complexidade às cadeias globais de alimentos. Em um cenário de incerteza, cada ator tenta salvaguardar seus interesses. Na América Latina, há oportunidades para exportadores de frutas, vegetais, produtos processados, carnes, grãos e oleaginosas, desde que consigam superar barreiras logísticas e cumprir requisitos sanitários. Entretanto, esse acréscimo de vendas para os mercados dos Estados Unidos, México e Canadá pode vir em detrimento do comércio intrarregional, uma vez que produtores locais priorizam compradores que oferecem maior estabilidade ou margens melhores (Glauber, Piñeiro e Gianatiempo, 2025). Em certos casos, a reorganização de rotas pode elevar os fretes e os prazos de entrega, especialmente se os portos e as estradas não estiverem preparados para fluxos adicionais, refletindo o chamado choque de escopo.

A perspectiva de longo prazo sugere que os custos de volatilidade se espalham entre produtores (que veem preços oscilarem e pagam mais caro por insumos), consumidores (que lidam com produtos mais caros ou com menor variedade de oferta) e governos (que necessitam subsidiar produtores ou ampliar programas de segurança alimentar). Apesar disso, a lógica política persiste. A retórica de America First (United States, 2025a) e as imposições de tarifas contra qualquer parceiro considerado “injusto” continuam encontrando respaldo eleitoral em grupos que acreditam na reindustrialização via barreiras comerciais, na elevação de salários e na eliminação de déficits.

O efeito dominó pode, ainda, implicar que a competitividade industrial dos próprios Estados Unidos seja afetada. O encarecimento dos metais eleva os custos dos bens de capital na agricultura, dificultando a recuperação de margens por parte dos produtores. Isso também se reflete em setores como energia, painéis solares e turbinas eólicas, que precisam de metais e componentes importados sujeitos a sobretaxas (Glass, 2025).

No médio e longo prazo, a resiliência das cadeias produtivas de alimentos dependerá da capacidade dos agentes de se adaptarem aos “choques de escala” e “choques de escopo”, aprenderem com episódios recentes de interrupção e manterem certa flexibilidade em relação a rotas e fornecedores (Blessley e Mudambi, 2022). Essa adaptabilidade vem com custos de curto prazo, podendo envolver estoques elevados, diversificação de origens e ampliação de acordos bilaterais.

Países com menor poder de barganha[11] arriscam ficar expostos à volatilidade de preços quando grandes compradores ou vendedores redirecionam volumosas quantidades de *commodities*, gerando desequilíbrios (FAO, 2022). O caso do arroz no Senegal ilustra como mesmo nações periféricas podem buscar soluções temporárias com outros exportadores e conceder subsídios ao consumo, mas com impactos fiscais consideráveis.

5 RUPTURA VERDE: PROTECIONISMO E NEGACIONISMO CLIMÁTICO

Outro aspecto ligado à geoeconomia, que tem colocado o mundo sob os holofotes das políticas adotadas por Trump, diz respeito às questões energéticas e climáticas. A transição para fontes mais sustentáveis, a instabilidade dos mercados de combustíveis fósseis e a disputa por inovações verdes intensificaram as relações comerciais, mas ampliaram, simultaneamente, a aplicação de restrições comerciais.

Um exemplo envolve o comércio de veículos elétricos. No primeiro semestre de 2024, exportadores chineses solicitaram a antecipação de exportações para os Estados Unidos, prevendo sanções comerciais. Em maio do mesmo ano, o governo estadunidense anunciou uma elevação das tarifas sobre veículos elétricos chineses para 100%, a ser implementada em agosto. A UE e a Turquia também aplicaram tarifas elevadas sobre tais produtos, refletindo protecionismo e proteção aos mercados domésticos (UNCTAD, 2024).

As implicações dessas tarifas para a China e para os Estados Unidos podem envolver perdas mútuas: a indústria chinesa enfrentaria dificuldade de acesso a um grande mercado consumidor, podendo ter estoques excedentes e queda de faturamento. Já os Estados Unidos poderiam sofrer com preços mais altos e menor oferta, freando o avanço de tecnologias limpas. A menor participação dos veículos elétricos no mercado mundial pode comprometer os esforços de redução das emissões de GEEs. É verdade, todavia, que a China, como maior produtor de veículos elétricos, teria mais condições de redirecionar suas exportações para outros países.

11. Segundo Westcott (2025), os setores de alimentos e bebidas, já sob pressão da inflação e mudanças regulatórias nos Estados Unidos, podem enfrentar custos ainda maiores e gargalos logísticos, pois as tarifas interrompem as rotas comerciais estabelecidas. Se a China retaliar com suas próprias restrições de importação, os exportadores agrícolas estadunidenses podem sofrer uma demanda reduzida, ampliando ainda mais a instabilidade da cadeia de suprimentos.

Em paralelo, a reorganização das cadeias produtivas para reduzir a dependência de combustíveis fósseis alimenta disputas comerciais que vão desde a restrição à exportação de matérias-primas até o incentivo à produção doméstica de componentes tecnológicos. Os minerais cobalto, lítio, cobre, níquel, manganês e grafite são alguns dos insumos essenciais para a fabricação de baterias, painéis solares e veículos elétricos (Kowalski e Legendre, 2023). De acordo com dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), cerca de 10% do valor global das exportações desses recursos enfrentaram algum tipo de barreira à exportação entre 2009 e 2020, o que sugere uma tendência de maior instabilidade no suprimento internacional. Para alguns países, essa prática é justificada como meio de proteger os recursos naturais escassos, assegurar maior valor agregado local ou elevar a competitividade industrial. Entretanto, ao mesmo tempo que um Estado tenta salvaguardar sua indústria, ele pode desestabilizar o acesso global a insumos indispensáveis para a diversificação de fontes energéticas (Kowalski e Legendre, 2023).

Esse quadro ganha novos contornos quando se consideram as elevadas concentrações no fornecimento de minerais críticos. A China, por exemplo, participa com 24% do total exportado para as economias da OCDE, seguida por Rússia (10%), Brasil (6%), África do Sul (6%) e Índia (6%). Muitos desses recursos não encontram substitutos imediatos em qualidade e volume, ampliando a vulnerabilidade em caso de choques geopolíticos (Kowalski e Legendre, 2023).

Além dos minerais críticos, grande parte dos materiais e componentes utilizados em tecnologias de baixo carbono também é concentrado em poucos países e firmas. A produção de polissilício, um insumo necessário para a manufatura de células fotovoltaicas, está amplamente concentrada na China. O mesmo se observa quanto à fabricação de anodos e catodos para baterias de íons de lítio, segmentada em um conjunto reduzido de empresas, também na China (IEA, 2022). Em tais circunstâncias, qualquer interrupção por políticas restritivas pode provocar a suspensão no fornecimento de insumos estratégicos e componentes para produtos limpos, além de elevar os custos de tecnologias, como os carros elétricos e os módulos solares.

Segundo análises da International Energy Agency (IEA), de 2022, desde 2020, com as perturbações da pandemia e com a guerra entre Rússia e Ucrânia, os preços de alguns minerais críticos como lítio, cobalto e níquel exibiram aumentos, em alguns casos mais do que dobrando (IEA, 2022). Esse cenário gerou alertas de empresas como Tesla (norte-americana) e Volkswagen (alemã), que já em 2022 mencionavam

a possibilidade de rever suas metas de produção de veículos elétricos, por causa do desabastecimento de semicondutores e do encarecimento de matérias-primas.

A pressão sobre a oferta de minerais críticos não só ameaça desacelerar a disseminação de soluções renováveis, mas impõe uma reflexão sobre a segurança energética em um ambiente em que a busca por maior estabilidade já não se restringe ao petróleo e ao gás natural. A alta concentração da produção de certos minerais em poucos países mostra que determinadas regiões dominam um passo crítico na cadeia de bens verdes, o que pode causar insegurança no restante do mundo (IEA, 2022).

Além disso, a diversificação de fornecedores não se concretiza de maneira imediata. A abertura de uma nova mina pode levar entre 4 e 20 anos para que a produção seja efetivamente incorporada ao mercado (IEA, 2022). Esse intervalo prolongado passa por fases de prospecção, avaliação de viabilidade econômica e cumprimento de exigências de licenciamento ambiental, que costumam ser ainda mais demoradas em países com regulamentos amplos e pressões socioambientais fortes. Ao mesmo tempo, a industrialização de componentes intermediários, como a purificação de minerais e a produção de ligas metálicas, implica a instalação de plantas que demandam conhecimentos técnicos específicos, grandes investimentos e incentivos à inovação.

Em resposta a esses riscos, alguns governos adotaram estratégias que visam diversificar o fornecimento de minerais e expandir a capacidade produtiva doméstica. Políticas de pesquisa e desenvolvimento foram adotadas com o objetivo de desenvolver substâncias alternativas ou tornar materiais críticos mais passíveis de reciclagem (IEA, 2022; Kowalski e Legendre, 2023; Thakur-Weigold e Miroudot, 2024). Austrália, Canadá, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e membros da UE elaboraram documentos específicos sobre minerais críticos, contemplando metas de produção interna e acordos de cooperação internacional com parceiros-chave.

A Aliança Europeia de Matérias-Primas (European Raw Materials Alliance – ERMA), criada em 2020, exemplifica esse movimento, pois congrega atores da indústria com o propósito de estabelecer um ecossistema que favoreça a inovação, o desenvolvimento tecnológico e o investimento na UE (Thakur-Weigold e Miroudot, 2024). Já nos Estados Unidos, a Lei de Redução da Inflação (Inflation Reduction Act – IRA), de 2022, se notabilizou pelos incentivos fiscais à cadeia de energia limpa e por facilitar projetos que reforçassem a oferta nacional de minerais essenciais (Glass, 2025). Contudo, a política estadunidense no segundo mandato de Trump parece estar questionando tais

iniciativas, interrompendo ou paralisando os programas que favoreciam subsídios às fontes limpas e à infraestrutura verde (Munhoz, 2025).

Dado o peso dos Estados Unidos na ordem internacional, esse recuo sinaliza a outros governos convenientes ao discurso de Trump que postergar ou negligenciar metas ambientais é viável. Cria-se, assim, um "efeito demonstração", pois, se a maior potência do planeta rejeita acordos climáticos, líderes com visões similares podem seguir o mesmo caminho, ampliando os retrocessos. Em contrapartida, o abandono de políticas ambientais enfraquece o *soft power* estadunidense, pois reduz a influência que o país poderia exercer ao liderar negociações multilaterais, financiar iniciativas sustentáveis e promover padrões globais em defesa do meio ambiente. Quando a maior economia do mundo se ausenta dos acordos climáticos ou se recusa a cumprir metas de redução de emissões, o poder de persuasão dos Estados Unidos diminui perante aliados e rivais, facilitando o surgimento de novas lideranças e pautas que se afastam da visão norte-americana.

Em sua primeira gestão, a decisão de Trump de sair do Acordo de Paris não reduziu o protagonismo de outros atores, como a UE e a China, que se tornaram ainda mais enfáticas em compromissos climáticos (Stavins, 2025). Porém, agora, o segundo mandato de Trump na presidência tem fortalecido visões favoráveis ao uso de combustíveis fósseis, influenciando a posição de grandes exportadores de petróleo. A Arábia Saudita, na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), também conhecida como Conferência das Partes, realizada em 2024, uma semana após a vitória eleitoral de Trump, bloqueou menções à necessidade imediata de transição verde. O mesmo ocorreu com a Argentina, quando o presidente Javier Milei, entusiasta das políticas trumpistas, decidiu afastar sua delegação das negociações climáticas da COP29 (Stavins, 2025).

Para o atual presidente dos Estados Unidos, há interesses políticos e econômicos associados às suas decisões ambientais: o apoio das indústrias de petróleo e gás, a reafirmação de um discurso antiambientalista que agrada parte de sua base eleitoral e a tentativa de reduzir custos para setores intensivos em combustíveis fósseis. Essas razões superam, em seu cálculo político, o risco de "ficar atrás" no desenvolvimento de tecnologias limpas.

Essa mudança de rota dos Estados Unidos, ao suprimir a continuidade do IRA[12] e de outras legislações de incentivo à energia limpa, levanta temores quanto à competitividade e à capacidade norte-americana de acompanhar a crescente economia de tecnologias verdes. Investimentos sem precedentes em energia limpa, que poderiam gerar milhares de empregos em setores de alto valor agregado, podem ser reavaliados ou interrompidos, dificultando o cumprimento das metas de redução de emissões e encarecendo a adoção de inovações no território estadunidense (Elkind, 2025).

Análises apontam que manter o IRA é importante para os Estados Unidos não perderem a corrida tecnológica para a China, que, por sua vez, se consolida como grande *player* na manufatura de painéis solares, baterias de veículos elétricos e outras cadeias de valor voltadas à transição energética (Baka, 2025). Além disso, na perspectiva de cooperação internacional, espera-se que, com a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, o fluxo de fundos internacionais destinados à mitigação e adaptação climática se reduzam, embora isso já acontecesse desde o governo Biden, quando os aportes americanos tinham espaço para crescer, mas não chegaram a atingir patamares comparáveis aos compromissos de países europeus (Munhoz, 2025).

Além disso, a reversão de políticas ambientais executivas, como a introdução de regulações de emissões setoriais, está na mira do atual presidente, que já afirmou que algumas normas, como aquelas que visam controlar o metano em instalações de petróleo e gás, "serão revistas e possivelmente revogadas" (United States, 2025b). O efeito disso tende a ser expressivo na indústria de óleo e gás de xisto, um dos pilares da autossuficiência energética pregada por Trump.

Ao mesmo tempo que os Estados Unidos sinalizam o descompromisso ambiental, a China reforça sua condição de potência tecnológica, dominando a produção global de baterias para veículos elétricos, módulos fotovoltaicos, processamento de elementos de terras raras e insumos de alto valor para a indústria de energias renováveis (Munhoz, 2025). Com menor estímulo governamental nos Estados Unidos para esta área, a lacuna entre a indústria chinesa e a norte-americana em termos de inovações verdes pode se alargar.

12. O IRA, juntamente com a Lei Bipartidária de Infraestrutura, foi desenhado para impulsionar a indústria nacional de painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas, hidrogênio limpo e sistemas de captura de carbono, criando empregos e estimulando o crescimento econômico em regiões industriais afetadas pelo declínio de setores tradicionais (Glass, 2025). Contudo, a desvinculação do governo Trump 2.0 dessas estratégias, alinhada ao discurso de promoção do petróleo e do gás, pode frear o adensamento de cadeias produtivas e de inovação em energia limpa nos Estados Unidos, justamente em um momento em que a demanda global por soluções renováveis está em expansão.

A ampliação desse hiato de liderança em tecnologias pode impulsionar outras potências a assumir maior destaque no cenário internacional. A UE mantém a Lei de Matérias-Primas Críticas (Critical Raw Materials Act – CRMA) e reforça a cooperação com países emergentes que possuam reservas de minerais, além de incentivos à reciclagem e à redução da intensidade de emissões na indústria de alto consumo energético (Kowalski e Legendre, 2023). A China tende a explorar ainda mais esse vácuo, expandindo a influência de suas empresas e criando acordos comerciais que fixam padrões tecnológicos com base em sua própria *expertise*. O efeito dessa corrida pode ser a concentração das cadeias de abastecimento em poucas regiões do globo e até o acirramento de disputas geoeconômicas no pioneirismo tecnológico em produtos demandados globalmente.

O cenário que emerge combina tensões protecionistas, disputa por liderança em tecnologias limpas e rearranjos diplomáticos que não ficam restritos à área climática, mas afetam a política industrial e de comércio exterior de inúmeros países. As sanções sobre veículos elétricos chineses e a busca por maior autonomia em minerais críticos refletem uma interdependência global que contrasta com discursos de soberania energética. Ainda que a diversificação de fornecedores e a cooperação em matéria de inovação sejam caminhos para reduzir riscos, há a preocupação de que políticas mais agressivas de um país possam estimular retaliações e ampliar o custo geral da transição limpa.

A preocupação climática também afeta o agronegócio americano, e as decisões sobre políticas ambientais podem levar a uma revisão de medidas de apoio agrícola, como a Farm Bill, cujas seções de conservação ambiental podem sofrer cortes orçamentários, resultando em menos incentivos para práticas agrícolas sustentáveis (Munhoz, 2025). Tal movimento, em um momento em que a UE e outros mercados impõem regulações de desmatamento e rastreabilidade cada vez mais rigorosas, pode prejudicar a competitividade das exportações agropecuárias dos Estados Unidos (Nonnenberg *et al.*, 2024).

Na mesma linha, o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (Carbon Border Adjustment Mechanism – CBAM), da UE, que prevê taxar produtos com pegadas de carbono elevadas caso o país exportador não possua política climática equivalente, pode afetar as exportações dos Estados Unidos para o mercado europeu com o abandono do Acordo de Paris. Isso afetaria certos setores industriais e agropecuários dos Estados Unidos, que podem vir a enfrentar barreiras adicionais na Europa (Plume e Huffstutter, 2025).

Ainda que políticas de proteção ao carvão e ao petróleo façam parte central do discurso trumpista, é esperado que a consolidação de uma descarbonização global prossiga, apesar dos entraves (Baka, 2025). Os custos decrescentes de energias renováveis e de tecnologias de armazenamento, aliados a pressões de consumidores e acionistas por maior responsabilidade ambiental, indicam que a transição energética continua em curso. Empresas nos Estados Unidos, como grandes montadoras automotivas e até grandes atuantes do setor de investimento, ainda veem a expansão do mercado de carros elétricos e a descarbonização industrial como projetos economicamente viáveis. Um exemplo é o volume de capitais privados engajados em projetos de energia limpa, embora a paralisação do IRA crie incertezas e possa retardar parte desses investimentos (Elder, Zusman e Hengesbaugh, 2025).

Ainda que haja um sinal de retrocesso estadunidense na política ambiental e climática, esforços diplomáticos corroboram para a cooperação e o fortalecimento do multilateralismo para enfrentar a crise do clima e a fragmentação comercial, pois os impactos ambientais e econômicos se agravam na ausência de coordenação.

Ao considerar a perspectiva do Brasil, a política climática de Trump pode ter implicações relevantes para o agronegócio brasileiro. Se os Estados Unidos reduzirem investimentos em tecnologias limpas no setor agro, deixarem de aderir a padrões ambientais mais avançados e acirrarem disputas comerciais, pode haver abertura de nichos para o Brasil em mercados exigentes em termos de sustentabilidade. Entretanto, isso dependerá de o país demonstrar capacidade de adaptação e baixa pegada de carbono na soja, na carne e em outras *commodities*, a fim de atender às exigências regulatórias da UE e de outros importadores.

Ademais, a postura americana de interromper as iniciativas de financiamento climático não interfere diretamente no Fundo Amazônia ou em programas bilaterais que envolvem doadores europeus, mas reduz a chance de engajamento financeiro adicional do país norte-americano em pautas socioambientais. Nesse sentido, o atual governo brasileiro deve estreitar alianças com a UE e com a China em termos de transição energética e proteção de ecossistemas. Essa seria uma estratégia para ampliar as exportações do Brasil e projetos de cooperação, reduzindo a dependência dos Estados Unidos.

Outra dimensão se refere a uma eventual adoção de tarifas cruzadas. Se o governo Trump conseguir aprovar sanções ou tarifas específicas contra produtos brasileiros, isso afetaria segmentos como o aço e o alumínio, mas a escalada de conflitos com a China pode tornar a soja e outras *commodities* brasileiras ainda mais competitivas no

mercado chinês, caso o governo daquele país reduza as importações do agro americano. Isso já foi observado anteriormente, porém, essa dinâmica depende de outros fatores, como a demanda global e a flutuação de preços. Além disso, a China pode diversificar origens de importação, como a Argentina, ou realizar acordos de longo prazo que tornem menos volátil sua dependência do mercado americano.

Com isso, se, em princípio, a substituição de combustíveis fósseis por alternativas renováveis tem potencial de atenuar riscos geopolíticos ligados ao petróleo e ao gás, pode acirrar a dependência de recursos minerais específicos, nem sempre distribuídos de forma equânime. A tentativa de equilibrar interesses nacionais e compromissos ambientais representa um desafio que extrapola o uso de tecnologias, pois envolve a construção de um arcabouço institucional que permita investimentos estáveis, a implementação de padrões socioambientais rigorosos e a colaboração entre grandes blocos econômicos.

Nesse xadrez político-econômico, a evolução das políticas de incentivo, a gestão de reservas minerais, a proteção ambiental e a capacidade de inovação de cada região moldarão os desfechos futuros. A escolha entre alçar a transição energética a um patamar duradouro ou permanecer em ciclos de retrocessos regulatórios depende do grau de cooperação entre as potências e da consolidação de um mercado global de energia limpa. Embora o segundo mandato de Trump simbolize um desvio da rota ambiental, a dinâmica dos mercados e a pressão de atores não estatais (como empresas, fundos de investimento e sociedade civil) podem manter as iniciativas de descarbonização em outras frentes. Por isso, o desfecho desse período político revelará até que ponto a geoeconomia, as medidas de protecionismo e a busca por segurança de suprimentos, em conjunto com a ação climática, serão conciliadas ou colocadas em choque.

6 REFLEXOS DO PROTECIONISMO: O QUE ESPERAR PARA OUTRAS ÁREAS?

6.1 Multilateralismo e OMC

Depois de determinar tarifas a países e produtos específicos, as primeiras iniciativas comerciais de Trump envolveram medidas mais amplas, que podem afetar diretamente o comércio no mundo. O memorando "Fair and Reciprocal Plan" on Trade[13] ("Plano Justo

13. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/02/fact-sheet-president-donald-j-trump-announces-fair-and-reciprocal-plan-on-trade/. Acesso em: 14 fev. 2025.

e Recíproco" sobre Comércio) propõe a imposição de barreiras comerciais equivalente às aplicadas pelos países aos produtos estadunidenses. A ideia é corrigir desequilíbrios na balança comercial e garantir justiça nas negociações.

O documento menciona explicitamente o Brasil e o comércio de produtos agrícolas ao descrever: i) enquanto nos Estados Unidos a tarifa sobre o etanol é de apenas 2,5%, uma tarifa de 18% é aplicada pelo governo brasileiro sobre as exportações de etanol norte-americano; e ii) a tarifa média da Nação Mais Favorecida (NMF) aplicada pelos Estados Unidos sobre produtos agrícolas é de 5%, enquanto na Índia essa média chega a 39%. Isso sugere que o memorando pode alterar as tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros e do setor agro.

Outra medida que pode afetar diretamente o Brasil é a tarifa de 25% sobre as importações de aço e de alumínio (United States, 2025c). Em 2018, o Brasil e outros países (Argentina, Austrália, Canadá, Japão, México, Coreia do Sul, UE, Ucrânia e Reino Unido) receberam isenção tarifária em uma política similar, que tinha como objetivo dificultar o comércio desses produtos provenientes da China. A nova administração Trump acredita que a isenção facilitou a compra de aço e alumínio chinês de forma indireta, quando esses metais eram importados por outros países e vendidos aos Estados Unidos um pouco mais processados, como na forma de aço semiacabado, por exemplo. Com efeito, a nova proposta de Trump é aplicar as tarifas para todos os exportadores, inclusive o Brasil, que é o segundo maior exportador para os Estados Unidos, atrás apenas do Canadá (Harrison, 2025).

A experiência de 2018 serve como referência para o atual cenário. Na ocasião, após negociações, o Brasil conseguiu estabelecer uma cota de 3,5 milhões de toneladas para a exportação de aço semiacabado aos Estados Unidos, o que garantiu alguma previsibilidade para a indústria siderúrgica nacional. Essa poderia ser uma política a ser adotada novamente, a depender das novas diretrizes estabelecidas por Trump.

Essa não é apenas uma expectativa apenas para o Brasil. A partir do Fair and Reciprocal Plan, espera-se que os países busquem acordos individuais com os Estados Unidos, para amortizar os efeitos das medidas tarifárias. Todavia, essa estratégia individualizada expõe uma vulnerabilidade do sistema de comércio internacional desenvolvido no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT), em 1947 e, posteriormente, pela OMC. Em primeiro lugar, a negociação bilateral compromete o princípio da não discriminação, que impõe que os países-membros sejam tratados de maneira igualitária, sem que haja favorecimento ou retaliação discriminatória

em função de diferenças nas condições comerciais. Se, no caso do etanol, os Estados Unidos decidirem aplicar a mesma tarifa que o Brasil impõe, isso representaria uma reciprocidade unilateral, que desvirtua o tratamento equânime esperado nas relações comerciais multilaterais.

Além disso, essa prática pode abalar a previsibilidade e a estabilidade do sistema multilateral, que é visto universalmente como o local para negociar novos compromissos tarifários, modernizar regras comerciais e impor compromissos por meio do sistema de solução de controvérsias. Se os países decidirem por recorrer às negociações bilaterais como forma de proteção, retirariam a disputa do ambiente multilateral, que define regras coletivamente e se manifesta por meio do mecanismo de arbitragem da OMC para solucionar controvérsias. Essa tendência fragiliza o sistema ao promover exceções às normas comuns e ao incentivar a adoção de medidas unilaterais que podem ser propagadas, comprometendo a integridade e a eficácia dos procedimentos de resolução de conflitos estabelecidos pela organização.

6.2 Impactos macroeconômicos

Embora as tarifas impostas por Trump provavelmente não reduzam o *déficit* comercial dos Estados Unidos, podem ocasionar repercussões sobre a inflação, elevando os preços dos produtos importados e daqueles fabricados internamente que competem com os bens estrangeiros ou que dependem de insumos importados.

A inflação norte-americana já supera a meta de 2%, é improvável que o Federal Reserve System (FED), banco central do país, permaneça inerte; é possível que a instituição atrase os cortes previstos nas taxas de juros ou, possivelmente, as eleve para compensar o impacto inflacionário decorrente das tarifas. Essa expectativa se reflete nos mercados financeiros, em que a valorização do dólar tem acompanhado cada nova ameaça tarifária (Pradhan e Usardi, 2025).

Uma simulação sobre as novas tarifas impostas pelo governo Trump sugere que uma sobretaxa de 25% sobre a maioria dos produtos do Canadá e do México (excetuando energia canadense, taxada em 10%) e de 10% sobre produtos da China pode representar um aumento tributário superior a US$ 1.200 anuais para as famílias medianas dos Estados Unidos. Além do encarecimento direto aos consumidores, essas medidas intensificam o risco de retaliações internacionais, o que pode comprometer cadeias de suprimentos em diversos países e gerar novas pressões inflacionárias no exterior (Clausing e Lovely, 2025).

Outra simulação, com os mesmos pressupostos, estima que o Canadá teria sua taxa de crescimento possivelmente reduzida pela metade, e o PIB do México cairia entre 0,5 e 0,6 ponto percentual (p.p.) nos dois primeiros anos. Caso outros governos retaliem, o PIB dos Estados Unidos pode recuar 0,7 e 0,5 p.p. em 2025 e 2026, respectivamente (Kaya e Millard, 2025).

A experiência da guerra comercial de 2018 e 2019 indica que as tarifas impostas nesses anos, muitas delas mantidas pelo governo Biden, levaram os consumidores domésticos a arcar com grande parte dos custos tarifários, pois exportadores estrangeiros não reduziram seus preços. A perspectiva atual é pior, pois fabricantes locais que competem com produtos alvo das tarifas podem elevar seus preços, ampliando as despesas dos consumidores (Clausing e Lovely, 2025). No geral, as medidas tarifárias atuais podem reduzir o PIB de longo prazo dos Estados Unidos em 0,2% (York e Durante, 2025).

Em escala mundial, o provável realinhamento de fornecedores e a adoção de contramedidas por outras economias podem favorecer a propagação de incertezas e limitar o crescimento global. Embora a atual administração de Trump cogite reintroduzir os cortes de impostos instituídos em 2017 para atenuar impactos domésticos, os rendimentos da maioria das famílias de renda baixa e média ainda podem se deteriorar, uma vez que os aumentos tarifários superariam potenciais benefícios fiscais.

As novas propostas de tarifas para 2025, se implementadas de forma permanente em todo Trump 2.0, podem aprofundar os desequilíbrios na economia mundial, aumentar o nível de incerteza e pressionar ainda mais as cadeias de suprimentos globais. O aumento das taxas de juros nos Estados Unidos pode desencadear uma restrição na liquidez global, expondo ao risco a capacidade de empresas e governos com elevados níveis de endividamento em dólares de honrar suas obrigações. Caso outros bancos centrais optem por seguir o exemplo do FED, o que é uma prática historicamente observada, até mesmo os agentes econômicos com exposição limitada a dívidas em dólares poderão enfrentar dificuldades financeiras.

Para mitigar os efeitos do choque comercial promovido pelas tarifas, os governos podem adotar algumas medidas macroeconômicas ou desenvolver estratégias de retaliação que sejam eficazes. A UE possui um instrumento com estrutura jurídica e operacional que permite aos países do bloco identificar e responder, de forma proporcional, a práticas de coerção econômica. Por meio deste instrumento, a UE pode acionar

medidas, como tarifas, restrições comerciais e limitações ao acesso a investimentos, para neutralizar pressões contra produtos dos Estados Unidos (Geldard, 2025).

Medidas dessa natureza poderiam permitir, entre outras ações, a suspensão temporária de proteções relacionadas à propriedade intelectual para *softwares* e serviços de *streaming* provenientes dos Estados Unidos ou a imposição de restrições à atuação de bancos e prestadores de serviços financeiros americanos nos mercados europeus. Tais iniciativas podem ser particularmente atrativas para os países em desenvolvimento, como o Brasil, uma vez que os Estados Unidos costumam apresentar superávits expressivos nas áreas de propriedade intelectual e serviços financeiros.

Outro exemplo é o adotado pela China em relação às exportações de minerais. Uma vez que o país detém o controle sobre a oferta global de diversos insumos-chave, a imposição de restrições pode reduzir os lucros de empresas estadunidenses, enquanto beneficia as companhias locais. A China tem evitado recorrer a essas medidas na última década, depois de uma decisão desfavorável no âmbito da OMC sobre a limitação das exportações de terras raras.[14] No entanto, o fato de as tarifas dos Estados Unidos também violarem obrigações assumidas na OMC pode levar o governo chinês a adotar uma postura comercial retaliatória, seguida por outros países que detêm poder de mercado em produtos estratégicos.

Além das respostas adotadas de forma isolada, é possível que os países busquem ações coletivas. O fortalecimento da integração econômica regional, por meio da eliminação de barreiras comerciais e de investimento existentes dentro dos blocos regionais, pode oferecer uma resposta mais eficaz do que a simples elevação de tarifas sobre produtos norte-americanos. A aceleração das negociações para novos acordos comerciais e de investimento, como a parceria entre a UE e o Mercosul, da Índia com a Austrália, dos Emirados Árabes Unidos com os países da Área Europeia de Livre Comércio (European Free Trade Association – EFTA), que compreendem Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, são algumas parcerias estratégicas para as partes conterem os impactos da guerra tarifária.

Embora a política tarifária da administração Trump se assemelhe a um evento de grande magnitude e potencial impacto ao comércio mundial, seus efeitos podem ser amenizados. Ao evitar reações precipitadas e fomentar parcerias, a economia global pode encontrar caminhos para enfrentar os desafios impostos por esse cenário.

14. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds431_e.htm. Acesso em: 17 fev. 2024.

6.3 Comércio internacional e segurança alimentar

Uma possível guerra comercial se manifesta em um momento de rearranjos geopolíticos com o potencial de intensificar tensões entre Estados Unidos, China e outros atores, inclusive a Rússia, Europa e blocos regionais. Nesse cenário, há reflexos diretos na economia mundial. A adoção de tarifas em larga escala, caso o governo Trump vá adiante na ideia de taxar as importações de alguns parceiros, pode desencadear um choque ainda maior na ordem multilateral de comércio (Saliya, 2025).

Teme-se a repetição de algo como o que se viu na década de 1930, quando as chamadas Tarifas Smoot-Hawley contribuíram para o colapso do comércio global durante a Grande Depressão (Rosenberger, 2024). Hoje, no entanto, há um agravante: a economia mundial é muito mais interconectada, com cadeias globais de valor que podem sofrer desorganização profunda diante de barreiras, impactando investimentos e custos de produção.

No caso brasileiro, a questão do protecionismo global assume relevância, em virtude da posição do Brasil como grande exportador de soja, carnes, milho, açúcar, suco de laranja e café (Pereira e Gilio, 2025). Em 2023, a China importou quase 70% de suas necessidades de soja do Brasil, ao passo que os Estados Unidos reduziram as exportações de soja para o mercado chinês em 16% até novembro de 2024, resultado de incertezas tarifárias (Plume e Huffstutter, 2025). Embora o Brasil possa aproveitar brechas para suprir mercados antes dominados pelos Estados Unidos, a instabilidade das regras e a possibilidade de retaliações cruzadas prejudicam toda a cadeia global de suprimentos, elevando custos logísticos e ampliando a volatilidade dos preços (S&P Global, 2025).

A segurança alimentar é sensível às barreiras comerciais. Quando grandes exportadores restringem a oferta ou sofrem retaliações, os preços internacionais sobem e países com menor poder de compra ficam vulneráveis. Em 2008, a crise financeira coincidiu com a alta nos preços de *commodities* agrícolas, momento em que foi possível notar que as proibições de exportação ou elevação de tarifas desencadearam crises de abastecimento em nações de menor renda (FAO, 2022).

Além disso, elevações tarifárias em insumos, como adubos e máquinas, impactam diretamente o custo de produção, reduzindo a competitividade do agricultor que depende de itens importados. A agroindústria dos Estados Unidos usa parte considerável de insumos estrangeiros para processar carnes, fabricar rações e refinar óleos.

Da mesma forma, no Brasil, cerca de 80% dos fertilizantes vêm do exterior (Plume e Huffstutter, 2025). Qualquer sobretaxa sobre esse produto onera a atividade agrícola e reverbera nos preços finais de bens de primeira necessidade.

As tarifas norte-americanas de 10% a 25% sobre importações vindas de Canadá, México ou China, com foco em conter o fluxo de entorpecentes ou buscar vantagens comerciais, gera apreensão em produtores rurais. O USDA projetou que, em 2023, as exportações agrícolas norte-americanas somaram US$ 190 bilhões (Plume e Huffstutter, 2025). Desse total, metade foi destinada a esses três países, que são os principais consumidores de soja, milho, trigo, carnes e laticínios dos Estados Unidos. A adoção de contramedidas por esses parceiros, reduzindo as compras de produtos agrícolas dos Estados Unidos, levaria a um prejuízo que pode chegar a bilhões de dólares e recair sobre produtores que já enfrentam altos custos de fertilizantes e energia (Coppess, Kalaitzandonakes e Ellison, 2025).

Há também perspectivas sobre os setores de frutas, hortaliças e produtos *in natura*, cuja demanda norte-americana é abastecida em larga medida por México, Canadá, Chile e Peru. Se o governo americano ampliar tarifas, o consumidor local pagaria mais caro por hortifrutis, principalmente nos meses de entressafra doméstica, sem grandes benefícios para o produtor americano, pois grande parcela desses itens não é cultivada ou não se encontra em safra no país durante todo o ano (S&P Global, 2025; Glauber, Piñero e Gianatiempo, 2025; Abdullah e Glauber, 2025). Esse efeito inflacionário sobre a cesta de alimentos pode gerar reações negativas da sociedade, reduzindo o apoio político a medidas protecionistas.

Em contrapartida, quando as tarifas recaem sobre os exportadores dos Estados Unidos, o Brasil e outros fornecedores podem ocupar oportunidades de mercado em países que aplicam as tarifas, como a China. A consequência da política tarifária de 2018 e 2019 foi a perda permanente de fatias do mercado chinês para os Estados Unidos, pois a China avançou em acordos de longo prazo com exportadores sul-americanos, investindo em infraestrutura para garantir suprimento constante. Mesmo após a redução das tensões, parte da capacidade comercial americana não foi recuperada integralmente.

A segurança alimentar no mundo depende da fluidez dos fluxos de alimentos. Muitos países de renda baixa importam cereais, açúcar e óleos vegetais para suprir suas necessidades nutricionais (S&P Global, 2025). Elevações de tarifas em grandes mercados podem redirecionar exportações e reduzir a oferta disponível para outras

nações, ampliando os preços internacionais, com efeitos que recaem sobre as populações mais pobres, que gastam parcela considerável de sua renda em alimentos (FAO, 2022). Além de afetar o abastecimento, a redução de acordos multilaterais e a fragmentação do comércio agravam a incerteza e desencorajam investimentos na expansão produtiva e em tecnologia agrícola.

Em paralelo, mudanças climáticas amplificam riscos, pois secas, enchentes ou furacões intensificam oscilações na oferta de produtos (FAO, 2022). Quando um grande exportador tem sua safra prejudicada, a reação de curto prazo pode ser restringir exportações, o que, aliado ao protecionismo de outros países, leva a saltos de preços e à instabilidade nos mercados futuros (S&P Global, 2025). Observou-se algo similar em 2022 e 2023, quando as secas afetaram a produção de grãos na América do Sul e o conflito no Leste Europeu prejudicou o abastecimento de trigo na região do Mar Negro. Nesse cenário, as tarifas são uma camada adicional de imprevisibilidade, potencializando crises de abastecimento.

Diante disso, o Brasil pode se beneficiar em alguns segmentos, mas essa análise deve ser feita com parcimônia. As exportações brasileiras de soja atingiram volumes recordes, superando 92 milhões de toneladas em 2023, muito por causa da demanda chinesa. No complexo carnes, o Brasil ampliou o embarque de bovinos para a China em 2024, mesmo sob restrições pontuais por questões sanitárias (Fumasi *et al*., 2024; Pereira e Gilio, 2025; Plume e Huffstutter, 2025). Porém, se o protecionismo dos Estados Unidos se estender a restrições de exportações aos insumos agrícolas, fertilizantes e maquinário, bens que o Brasil importa em grandes quantidades, levará o país a sofrer com os aumentos de custos pela restrição de oferta desses bens. Assim, embora a retaliação contra produtos americanos possa implicar oportunidades para a soja ou a carne brasileira, todo o ambiente global tende a ficar mais volátil.

A estratégia brasileira para enfrentar esse contexto passa por avançar em acordos internacionais, diversificar mercados e reforçar diplomacias agrícola e ambiental. A possível conclusão do acordo Mercosul-UE poderia estabilizar uma parte das relações comerciais, mas enfrenta entraves ligados a demandas europeias por compromissos ambientais mais rígidos (Nonnenberg *et al*., 2024). Há ainda acordos em discussão com o Canadá e Singapura e parcerias no âmbito do Acordo de Parceria Econômica Regional Abrangente (Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP) que podem oferecer alternativas às oscilações dos Estados Unidos (Plummer, 2024). No entanto, a falta de convergência política e pressões domésticas internas podem dificultar a conclusão dessas negociações em ritmo acelerado.

Do lado interno, instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o setor privado investem em tecnologias de plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas de rastreamento, objetivando maior produtividade e menor impacto ambiental (Nonnenberg *et al*., 2024). A redução de emissões e o combate ao desmatamento trazem legitimidade ao produto brasileiro no exterior, além de preparar o país para possíveis regulações ambientais. A atração de investimentos para corredores logísticos, como portos no Arco Norte, melhora a competitividade e dilui riscos de gargalos no escoamento, que podem ser agravados se as rotas globais ficarem mais sujeitas a tensões tarifárias. Somente com logística eficiente o Brasil conseguirá aproveitar oportunidades criadas quando competidores enfrentam barreiras ou retaliações.

Há, por fim, a dimensão social dessa problemática. Elevações de tarifas geram pressões inflacionárias, afetando consumidores, sobretudo os de menor renda (FAO, 2022). Nos Estados Unidos, associações de supermercados e de varejistas de alimentos alertaram que os preços ao consumidor podem subir para itens frescos, carnes, cereais e óleos, caso medidas de retaliação recíproca se intensifiquem (Plume e Huffstutter, 2025). Em países emergentes, as barreiras afetam pequenos agricultores que dependem de programas de apoio estatais e de acesso a mercados externos. Como se vê, o protecionismo não é neutro e repercute na renda rural e na segurança alimentar internacional.

Portanto, a abordagem protecionista suscita preocupações quanto à estabilidade dos mercados, ao bem-estar dos consumidores mais vulneráveis e à capacidade de países exportadores manterem fluxos de maneira previsível. Se as principais potências reforçarem barreiras, o Brasil talvez ganhe fatias temporárias de comércio em alguns setores, mas enfrentará desafios na importação de insumos e maior volatilidade.

Para evitar prejuízos de longo prazo, o país deve perseguir políticas que fortaleçam sua competitividade interna, reduzir travas logísticas, demonstrar compromisso socioambiental e promover relações diplomáticas construtivas. O combate ao risco inflacionário nas cadeias agroalimentares, a busca de acordos comerciais equilibrados e a adoção de medidas de resiliência climática são caminhos para atenuar as vulnerabilidades em um ambiente em que protecionismo e disputas comerciais se tornaram mais frequentes. Apesar da alta imprevisibilidade, a cooperação internacional ainda é vista como uma via apropriada para evitar escaladas de conflitos tarifários e garantir a segurança alimentar global em consonância com os interesses de produtores, consumidores e governos em todas as regiões.

7 CONCLUSÕES

Este texto teve como objetivo apresentar uma visão preliminar sobre as primeiras medidas do governo Trump, principalmente as relacionadas ao comércio internacional, e suas implicações no cenário geoeconômico. Evidentemente, ainda é cedo para se ter uma ideia mais precisa de todas as medidas e seus impactos apenas algumas semanas após o início do governo. Mas já é possível perceber pelo menos em que direção serão os principais impactos.

De forma geral, o segundo governo Trump se apresenta mais protecionista, ao menos nas intenções declaradas. De toda forma, ainda que não execute todas as iniciativas propostas e continue adotando uma visão transacional e negociando com os diversos países, é possível imaginar que os fluxos de comércio de e para os Estados Unidos se reduzam, aumentando os custos de produção. Tal quadro só irá agravar um cenário de desglobalização seletiva, que já vinha se observando há cerca de quinze anos.

Por trás da guerra comercial, apontada desde o primeiro governo Trump, o que se revela é principalmente uma guerra tecnológica, com a imposição de várias barreiras, principalmente pelos Estados Unidos, e não apenas sobre produtos estratégicos, mas também sobre bens de alta intensidade tecnológica, como semicondutores, com a intenção de reduzir o avanço tecnológico da China. Isso vem alcançando diversos outros produtos.

Essa dinâmica é particularmente perversa quando se leva em conta que a economia mundial, não apenas a manufatura, mas também o setor agropecuário e os serviços, foi impulsionada por uma forte onda de globalização a partir dos anos 1990. Isso a tornou fortemente interligada, com o crescimento exponencial das cadeias globais de valor. Portanto, cada barreira ao comércio, e a consequente elevação de custos, tem efeitos globais, com redução do comércio e elevação de preços.

Um setor muito afetado pelo aumento das barreiras, de diversas origens, foi o agropecuário. Apesar de aparentemente ser bem menos interligado do que a manufatura, por exemplo, ele compreende cadeias de valor com escalas em muitos países. Envolve também insumos e diversas etapas de beneficiamento e, ainda mais importante, pode comprometer a segurança alimentar em âmbito global. Portanto, reduções desses fluxos podem afetar mais do que proporcionalmente países mais pobres, que dependem das cadeias globais de suprimentos para acessar itens alimentares.

Do ponto de vista ambiental, ressaltam-se dois possíveis efeitos. Primeiramente, a desorganização de novos fluxos de comércio que já levam em conta a necessária redução de emissão de GEEs. Em segundo lugar, a restrição do comércio de bens estratégicos do ponto de vista ambiental, como minerais críticos, cuja produção é muito concentrada em poucos países, especialmente na China. Isso tem o potencial de afetar a produção e o comércio de bens fundamentais para a transição energética, como veículos elétricos e placas fotovoltaicas.

Caso os Estados Unidos mantenham suas promessas de elevação de tarifas, é bastante provável que vários países adotem medidas retaliatórias, afetando negativamente a própria nação norte-americana, que também é uma grande exportadora de diversos produtos do agronegócio.

Deve-se ter sempre em mente que, por trás do forte crescimento do comércio mundial nos últimos oitenta anos, um dos principais fatores foi a redução das diversas barreiras ao comércio, seguida da internacionalização da produção, com a criação de cadeias globais de valor. Tudo isso pode vir a ser bastante afetado caso as piores hipóteses venham a se concretizar.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, M.; GLAUBER, J. How countries have coped with recent agricultural trade disruptions. **IFPRI**, Feb. 26, 2025. Disponível em: https://www.ifpri.org/blog/how-countries-have-coped-with-recent-agricultural-trade-disruptions/. Acesso em: 5 mar. 2025.

ADJEMIAN, M. K.; SMITH, A.; HE, W. Estimating the market effect of a trade war: the case of soybean tariffs. **Food Policy**, v. 105, n. 102152, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2021.102152.

AI, J. *et al*. **Anticipating trade turbulence**: assessing the economic impacts of president Trump's proposed tariff scenarios. Ithaca: Cornell SC Johnson College of Business, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.2139/ssrn.5113925.

AIYAR, S. *et al*. **Geoeconomic fragmentation and the future of multilateralism**. Washington: IMF, Jan. 2023. (Staff Discussion Note, n. 2023/001). Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2023/01/11/Geo-Economic-Fragmentation-and-the-Future-of-Multilateralism-527266.

ANDERSON, K. Agriculture in a more uncertain global trade environment. **Agricultural Economics**, v. 53, n. 4, p. 563-579, Jul. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1111/agec.12726.

AVI-YONAH, R. S.; NAROTZKI, D. **The tariffs are coming! The tariffs are coming!** Ithaca: Cornell SC Johnson College of Business, Jan. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.2139/ssrn.5080792.

BAKA, J. Why more drilling doesn't need to mean more harm to the environment. **Nature**, Jan. 28, 2025. Disponível em: https://www.nature.com/articles/d41586-025-00215-y. Acesso em: 5 fev. 2025.

BEKAMP, B.; WU, H. Trump's tariffs: what could be the impact on EU food and agriculture? **Rabobank**, Feb. 27, 2025. Disponível em: https://www.rabobank.com/knowledge/q011468319-trumps-tariffs-what-could-be-the-impact-on-eu-food-and-agriculture.

BLACKWILL, R. D.; HARRIS, J. M. What is geoeconomics? *In*: BLACKWILL, R.; HARRIS, J. M. **War by other means**: geoconomics and statecraft. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2016. p. 19-32.

BLESSLEY, M.; MUDAMBI, S. M. A trade war and a pandemic: disruption and resilience in the food bank supply chain. **Industrial Marketing Management**, v. 102, p. 58-73, Apr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2022.01.002.

BOUËT, A.; SALL, L. M.; ZHENG, Y. **Towards a trade war in 2025**: real threats for the World Economy, false promises for the US. Paris: CEPII, 2025. (Working Paper, n. 2025-03).

BROWN, G. We must place our hope in multilateralism. **Finance & Development Magazine**, Sept. 2024. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2024/09/Point-of-view-we-must-place-our-hope-in-multilateralism-brown. Acesso em: 2 fev. 2025.

CHEPELIEV, M.; TYNER, W. E.; MENSBRUGGHE, D. van der. **How U.S. agriculture will fare under the USMCA and retaliatory tariffs**. Indiana: GTAP, 2018. (Working Paper, n. 84). Disponível em: https://doi.org/10.2139/ssrn.3317063.

CIURIAK, D. **From NAFTA to USMCA and the evolution of US trade policy**. [s.l.]: C.D. Howe, June 2019. Disponível em: https://doi.org/10.2139/ssrn.3369291.

CLAUSING, K.; LOVELY, M. E. Trump's tariffs on Canada, Mexico, and China would cost the typical US household over $1,200 a year. **PIIE**, Feb. 3, 2025. Disponível em: https://www.piie.com/research/piie-charts/2025/trumps-tariffs-canada-mexico-and-china-would-cost-typical-us-household. Acesso em: 16 fev. 2025.

COPPESS, J.; KALAITZANDONAKES, M.; ELLISON, B. Reviewing public support for payments to farmers. **Farmdoc Daily**, v. 11, n. 15, 2025.

CROWE, D.; RAWDANOWICZ, Ł. **Risks and opportunities of reshaping global value chains**. Paris: OECD, June 2023. (Working Papers, n. 1762). Disponível em: https://doi.org/10.1787/f758afe8-en.

DAVIES, S. Trump tells farmers tariffs will help them, urges them to “have fun”. **AgriPulse**, Mar. 4, 2025. Disponível em: https://www.agri-pulse.com/articles/22504-trump-tells-farmers-tariffs-will-help-them-urges-them-to-have-fun. Acesso em: 5 mar. 2025.

EGAN, B. J.; CLARKE, K. **CFIUS part II?** The US moves to restrict outbound FDI to China. New York: CCSI, 2023. (Columbia FDI Perspectives, n. 367). Disponível em: https://www.econstor.eu/handle/10419/278785. Acesso em: 4 mar. 2025.

ELDER, M.; ZUSMAN, E.; HENGESBAUGH, M. **Why the second Trump administration could struggle to undermine domestic climate policies**: obstacles to backsliding. Kanagawa: IGES Briefing Note, 2025.

ELKIND, J. **Energy and climate issues during the Trump administration**: first 100 days. New York: CGEP, Jan. 2025. (Policy Brief). Disponível em: https://www.energypolicy.columbia.edu/wp-content/uploads/2025/01/100DAYS-CGEP_Report_012925.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of agricultural commodity markets 2022**: the geography of food and agricultural trade – policy approaches for sustainable development. Rome: FAO, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cc0471en.

FUMASI, R. *et al*. Trump 2.0: impacts on global food and agriculture. **Rabobank**, Nov. 21, 2024. Disponível em: https://www.rabobank.com/knowledge/q011457673-trump-2-0-impacts-on-global-food-and-agriculture. Acesso em: 16 fev. 2025.

GELDARD, R. Trump’s tariffs rattle global markets – and other economic stories to read this week. **World Economic Forum**, Feb. 7, 2025. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/2025/02/trum-tariffs-eurozone-rebounds-india-economic-stories/. Acesso em: 16 fev. 2025.

GLASS, A. J. **Can tariffs benefit our nation?** Texas: PERC, Jan. 2025. (Policy Study). Disponível em: https://oaktrust.library.tamu.edu/items/3b42b7ba-b686-418e-b62b-21f4e7e7f1ba.

GLAUBER, J.; GIANATIEMPO, J. P. How U.S. tariffs might impact countries of Latin America and the Caribbean. **IFPRI**, Jan. 17, 2025. Disponível em: https://www.ifpri.org/blog/how-us-tariffs-might-impact-countries-of-latin-america-and-the-caribbean/#:~:text=A%20new%20round%20of%20U.S.,make%20gains%20in%20U.S.%20markets.

GLAUBER, J.; PIÑEIRO, V.; GIANATIEMPO, J. P. Impact of proposed U.S. tariffs on agricultural trade flows in the Western Hemisphere. **IFPRI**, Mar. 4, 2025. Disponível em: https://www.ifpri.org/blog/impact-of-proposed-u-s-tariffs-on-agricultural-trade-flows-in-the-western-hemisphere/. Acesso em: 5 mar. 2025.

GUILLÉN, A.; TORRES, I. C. Changes in the world geopolitical order and the reconfiguration of productive systems: the Mexican case. **Agrarian South Journal of Political Economy**, v. 14, n. 1, p. 26-59, 2025.

HARRISON, L. Steel imports up 2.5% in 2024. **American Iron and Steel Institute**, Jan. 27, 2025. Disponível em: https://www.steel.org/2025/01/steel-imports-up-2-5-in-2024/. Acesso em: 13 fev. 2025.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Securing clean energy technology supply chains**. Australia: IEA, 2022. Disponível em: https://iea.blob.core.windows.net/assets/0fe16228-521a-43d9-8da6-bbf08cc9f2b4/SecuringCleanEnergyTechnologySupplyChains.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Geoconomic fragmentation and the future of multilateralism**. Washington, D.C.: IMF, Jan. 2023. (Staff Discussion Note, n. 2023/001). Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2023/01/11/Geo-Economic-Fragmentation-and-the-Future-of-Multilateralism-527266.

IT'S NOT OVER: Donald Trump could still blow up global trade. **The Economist**, Feb. 6, 2025. Disponível em: https://www.economist.com/leaders/2025/02/06/its-not-over-donald-trump-could-still-blow-up-global-trade. Acesso em: 11 fev. 2025.

JOHANSON, D. S. C. *et al*. **Economic impact of section 232 and 301 tariffs on U.S. industries**. Washington: USITC, May 2023. Disponível em: https://www.usitc.gov/publications/332/pub5405.pdf.

KAYA, A. I.; MILLARD, S. President Trump has threatened to impose tariffs on, in particular, Canada, Mexico and China. What would be the likely effects of these? **NIESR**, Feb. 3, 2025. Disponível em: https://niesr.ac.uk/blog/economic-impact-trumps-early-policies. Acesso em: 16 fev. 2025.

KLOMP, J. Trump tariffs and the U.S. defense industry. **Plos One**, v. 20, n. 1, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0313204.

KOWALSKI, P.; LEGENDRE, C. **Raw materials critical for the green transition**: production, international trade and export restrictions. Paris: OECD, 2023. (Trade Policy Papers, n. 269). Disponível em: https://doi.org/10.1787/c6bb598b-en.

MAREY, P. **Trump tariffs**. London: Rabobank: Global Economics & Markets, 2025. Disponível em: https://www.rabobank.com/knowledge/q011464954-trump-tariffs. Acesso em: 2 fev. 2025.

MASON, J. Trump to announce 25% steel and aluminum tariffs in latest trade escalation. **Reuters**, Feb. 10, 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/markets/commodities/trump-says-he-will-announce-25-steel-aluminum-tariffs-monday-2025-02-09/. Acesso em: 11 fev. 2025.

MIHAYLOV, V.; SITEK, S. Trade wars and the changing international order: a crisis of globalization? **Miscellanea Geographica**, v. 25, n. 2, p. 99-109, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.2478/mgrsd-2020-0051.

MUNHOZ, L. **Segundo mandato de Trump e impactos ao meio ambiente**. São Paulo: FGV, 2025. Disponível em: https://agro.fgv.br/sites/default/files/2025-01/Segundo%20mandato%20de%20Trump%20e%20Impactos%20no%20Meio%20Ambiente.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

NONNENBERG, M. J. B. *et al*. Climate change and agrifood production: a problem to be tackled by developed and developing countries. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 263-296, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.38116/rtm34art10.

NONNENBERG, M. J. B. *et al*. **Efeitos da lei europeia contra desmatamento sobre as exportações brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2024. (Texto para Discussão, n. 3016). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14075/1/Publicacao_expressa_TD_3016.pdf.

OXFORD ANALYTICA. **Threatened US tariffs signal aggressive trade policy**. Oxford: Oxford Analytica, 2025. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/oxan-db292596/full/html. Acesso em: 5 mar. 2025.

PEREIRA, L. A. C.; GILIO, L. Governo Trump 2.0: novos desafios no cenário geopolítico global e impactos no agronegócio. **Insper**, 30 jan. 2025. Disponível em: https://agro.insper.edu.br/midia/artigos/governo-trump-2-0-novos-desafios-no-cenario-geopolitico-global. Acesso em: 2 fev. 2025.

PLUME, K.; HUFFSTUTTER, P. J. US agricultural exports/imports threatened by Trump trade actions. **Reuters**, Feb., 3 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/markets/commodities/us-agricultural-exportsimports-threatened-by-trump-trade-actions-2025-01-31/. Acesso em: 9 fev. 2025.

PLUMMER, M. G. **Trade, agriculture, and development**: meeting global challenges to commonwealth countries. [s.l.]: The Commonwealth, Sept., 2024.

POON, J. The geoeconomics of globalization 2.0. **Environment and Planning**, v. 57, n. 1, p. 144-148, 2024.

PRADHAN, M.; USARDI, A. **What Trump 2.0 means for the global economy**. Paris: Amundi Investment Institute, Feb. 2025. Disponível em: https://research-center.amundi.com/files/nuxeo/dl/a3e4eff1-2655-4d57-bcca-f24661130d3d?inline=.

REIDY, S. The impact of Trump 2.0 on global trade. **Food Business News**, Feb. 1, 2025. Disponível em: https://www.foodbusinessnews.net/articles/27457-the-impact-of-trump-20-on-global-trade.

RODRIGUES, M. R. A.; MARTINS, M. M. V. E**xigências ambientais aos produtos importados**: preocupação ambiental ou protecionismo disfarçado? Rio de Janeiro: Ipea, 2024. (Texto para Discussão, n. 2963). Disponível em: https://doi.org/10.38116/td2963-port.

ROSENBERGER, L. Identifying risks from US China economic decoupling if trump wins. *In*: FARHADI, A.; GRZEGORZEWSKI, M.; MASYS, A. J. (Ed.). **The great power competition**: the rise of China. v. 6. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. p. 243-254. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-70767-4_13.

SALIYA, C. A. **Donald Trump's ultra-nationalistic policies**: an era of "America First". [s.l.]: SSRN, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.2139/ssrn.5114764.

SIVIN, D. D. Trump: a disaster for health, safety, and environment. **New Solutions**, v. 34, n. 4, p. 248-252, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1177/10482911241304227.

SOCKIN, R. Trump 2.0: expectations for the economy and financial markets. **Citi Research**, Jan. 21, 2025. Disponível em: https://www.citigroup.com/global/insights/trump-expectations-economy-financial-markets.

SORKIN, A. R. *et al*. Are markets taking the latest Trump trade fight in stride? **The New York Times**, Feb. 10, 2025. Disponível em: https://www.nytimes.com/2025/02/10/business/dealbook/trump-trade-tariffs-markets.html. Acesso em: 11 fev. 2025.

S&P GLOBAL. **Global agriculture and food**: our predictions for 2025. [s.l]: S&P Global, 2025. (Food & Agricultural Commodities). Disponível em: https://123futures.com/comments/Predictions-for-2025-6780952cc96f3.pdf.

STAVINS, R. N. What Trump's expected exit from the Paris Agreement will mean. **The Slata Institute for Climate and Sustainability**, Jan. 13, 2025. Disponível em: https://salatainstitute.harvard.edu/what-trumps-expected-exit-from-the-paris-agreement-will-mean/.

TÁVORA, F. L. **O segundo mandato de Trump está começando**... e agora, o que o agronegócio brasileiro pode esperar? Brasília: Senado Federal, 2025. (Texto para Discussão, n. 336).

THAKUR-WEIGOLD, B.; MIROUDOT, S. **Promoting resilience and preparedness in supply chains**. Paris: OECD, 2024. (Trade Policy Papers, n. 286). Disponível em: https://doi.org/10.1787/be692d01-en.

THE DUMBEST trade war in history. **WSJ**, Jan. 31, 2025. Disponível em: https://www.wsj.com/opinion/donald-trump-tariffs-25-percent-mexico-canada-trade-economy-84476fb2?mod=hp_opin_pos_0.

TRIVEDY, A.; KHATUN, M. Importance of BRICS as a regional politics and policies. **GeoJournal**, v. 88, n. 5, p. 5205-5220, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10708-023-10883-w.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFRENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Trade and development report 2024**: rethinking development in the age of discontent. New York: UNCTAD, 2024.

UNITED STATES. **America first trade policy**. Washington, D.C.: The White House, 20 jan. 2025a. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/america-first-trade-policy/.

_____. **Putting America first in international environmental agreements**. Washington, D.C.: The White House, Jan. 20, 2025b. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/putting-america-first-in-international-environmental-agreements/. Acesso em: 9 mar. 2025.

_____. **Fact sheet**: President Donald J. Trump restores section 232 Tariffs. Washington, D.C.: The White House, Feb. 11, 2025c.

_____. **Fact sheet**: President Donald J. Trump announces "fair and reciprocal plan" on trade. Washington, D.C.: The White House, Feb. 13, 2025d. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/02/fact-sheet-president-donald-j-trump-announces-fair-and-reciprocal-plan-on-trade/.

_____. **Fact sheet**: President Donald J. Trump proceeds with tariffs on imports from Canada and Mexico. Washington, D.C.: The White House, March 3, 2025e. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/03/fact-sheet-president-donald-j-trump-proceeds-with-tariffs-on-imports-from-canada-and-mexico/. Acesso em: 5 mar. 2025.

_____. **Fact sheet**: President Donald J. Trump adjusts tariffs on Canada and Mexico to minimize disruption to the automotive industry. Washington, D.C.: The White House, March 6, 2025f. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/03/fact-sheet-president-donald-j-trump-proceeds-with-tariffs-on-imports-from-canada-and-mexico/. Acesso em: 5 mar. 2025.

VANZETTI, D. Economic consequences of a US-initiated tariff war. *In*: AARES CONFERENCE, 69., 2025, Brisbane. **Proceedings**... Brisbane: The University of Western Australia, 2025.

WANG, L. *et al*. The U.S.– China trade war: who is more injured? **Journal of Contemporary China**, p. 1-17, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10670564.2025.2450015.

WESTCOTT, I. Trump's tariffs on China reignite trade war fears: the impact on global supply chains. **New Food**, Feb. 5, 2025. Disponível em: https://www.newfoodmagazine.com/news/248117/trumps-tariffs-on-china-reignite-trade-war-fears-the-impact-on-global-supply-chains/.

WORLD BANK. **World development report 2020**: trading for development in the age of global value chains. Washington, D.C.: World Bank Group, 2020. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020. Acesso em: 5 mar. 2025.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **World trade report 2023**: re-globalization for a secure, inclusive and sustainable future. Geneva: WTO, 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/wtr23_e/wtr23_e.pdf.

YORK, E.; DURANTE, A. Trump tariffs: tracking the economic impact of the Trump Trade War. **Tax Foundation**, Mar. 25, 2025. Disponível em: https://taxfoundation.org/research/all/federal/trump-tariffs-trade-war/. Acesso em: 16 fev. 2025.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão
Bruna Oliveira Ranquine da Rocha
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Crislayne Andrade de Araújo
Elaine Oliveira Couto
Luciana Bastos Dias
Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos
Vivian Barros Volotão Santos
Luíza Cardoso Mendes Velasco (estagiária)

Editoração
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Camila Guimarães Simas
Leonardo Simão Lago Alvite
Mayara Barros da Mota

Capa
Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico
Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Missão do Ipea

Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO